

Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede em
Canaã dos Carajás

**Canaã
dos Carajás**
Pará

Territórios
em Rede



Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede em
Canaã dos Carajás

Canaã dos Carajás

Pará

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação é um direito [livro eletrônico]: a experiência do projeto Territórios em Rede em Canaã dos Carajás/
Miriam Krenzinger... [et al.];
organização Eliana Sousa Silva...[et al.];
coordenação Associação Cidade Escola Aprendiz. –
São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2024.
PDF

Outros autores: Natália Guindani, Bruna Musumeci,
Luiza Santos, Fernando Mendes, Julia Ventura,
Dalcio Marinho.

Outros organizadores: Julia Ventura, Natacha Costa,
Raiana Ribeiro.

ISBN 978-85-64569-23-2

1. Crianças e adolescentes – Educação 2. Direito à educação
3. Educação – Projetos 4. Exclusão escolar
5. Políticas educacionais 6. Projeto Territórios em Rede.

I. Krenzinger, Miriam. II. Guindani, Natália. III. Musumeci, Bruna.
IV. Santos, Luiza. V. Mendes, Fernando. VI. Ventura, Julia.
VII. Marinho, Dalcio. VIII. Silva, Eliana Sousa.
IX. Associação Cidade Escola Aprendiz. X. Ventura, Julia.
XI. Costa, Natacha. XII. Ribeiro, Raiana.

24-236532

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Projetos educacionais: Planejamento e gestão: Educação 370

Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede em
Canaã dos Carajás

Canaã dos Carajás

Pará

2024

Iniciativa:



FUNDAÇÃO
VALE

Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:



Ficha Técnica

FUNDAÇÃO VALE

Malu Paiva

Presidente do Conselho de Curadores

Flavia Constant

Diretora Presidente

Pâmella De-Cnop

Diretora Executiva

Fernanda Fingerl

Gerente de Metodologias Sociais

Marcus Finco

Gerente Norte

Andreia Prestes

Analista Especialista de Metodologias

Marluce Braz

Analista de Metodologias

Lívia Magalhães

Analista Norte/Nordeste

Fabio Macedo

Comunicação Fundação Vale

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Natacha Costa

Diretora Geral

Paula Patrone

Diretora Institucional

Raiana Ribeiro

Diretora de Programas

Roberta Tasselli

Diretora de Comunicação para o Desenvolvimento

Eliana Sousa Silva

Consultora Metodológica

Julia Ventura

Gestora Estratégica

Gisele Martins

Gestora Estratégica de Campo

Dalcio Marinho

Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento

Ana Paula Santana Rodrigues

Felipe Tau

Gestão Executiva

Bianca Cambiaghi

Filipe Mendonça

Gestão de Monitoramento e Avaliação

Daniele Moura

Isys Remião

Gestão de Comunicação

Elza Sousa

Gestão Geral de Campo

Cristilene Longobard

Gestão de Polo

Sabrina Bairros

Luciana Souza

Analistas de Comunicação

Marco Faganello

Analista de Monitoramento e Avaliação

Fernando Nascimento

Assistente Monitoramento e Avaliação

Gabriel Oliveira de Carvalho

Assistente de Projeto

Jaqueline Ferreira

Assistente de Comunicação

Equipe Territórios em Rede Canaã dos Carajás

Maria Antonilda Baia Furtados
Ângela Cruz Galvão Castro
Gestão Local

Clemilda Sousa
Enila Carmem de Souza
Maria Sandra Ribeiro
Lilian Carla Santana Monteiro
Articuladores locais

Evidências e Sistematização

Miriam Krenzinger
Consultora

Natália Guindani
Coordenação

Bruna Musumeci
Luiza Santos
Pesquisadoras

Fernando Mendes
Assistente de pesquisa

Julia Ventura
Natacha Costa
Raiana Ribeiro
Revisão técnica

Gláucia Cavalcante
Gustavo Abumrad
Projeto Gráfico

Gustavo Abumrad
Diagramação

Elizete Munhoz Ribeiro
Revisão de textos

Daniele Moura
Isys Remião
Revisão Final



Foto: João Vitor - Norte Sul Studio, 2022.



Apresentação

A Fundação Vale, criada há mais de 50 anos, tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais, empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas como a Associação Cidade Escola Aprendiz, entre outros.

No campo da Educação, a Fundação Vale foca hoje no desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de combate à exclusão escolar, visando a promoção do Direito à Educação de qualidade para todos.



www.fundacaovale.org

A sistematização da experiência do projeto Territórios em Rede em Canaã dos Carajás (PA), apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo que envolveu depoimentos e registros documentais, além da organização de todo o conhecimento produzido a partir das ações do projeto em campo. Nosso objetivo é destacar o que foi, cuidadosamente, construído e vivenciado ao longo desta experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de cocriação de estratégias que operaram de forma integrada e intersetorial, com o propósito de promover uma agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade de Canaã dos Carajás.

Os registros consolidados neste documento visam servir como referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o Direito à Educação de crianças e adolescentes. Nossa intenção é compartilhar dados e análises com outros municípios, a fim de impulsionar o combate à exclusão escolar em novos contextos, visto que tal fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização deste legado transcenda fronteiras e fortaleça o Direito à Educação como uma pauta pública permanente no Brasil.

Sumário

7 Apresentação

11 Introdução

11 O projeto Territórios em Rede (TR)

16 O município de Canaã dos Carajás (PA)

21 A implementação do Territórios em Rede em Canaã dos Carajás

21 Pressupostos Éticos e Conceituais

25 Passos Estruturantes

69 Perfil de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Canaã dos Carajás

69 Observações Gerais

74 Destaques

79 Cenários da exclusão escolar

79 Motivos da exclusão escolar

81 Casos Ilustrativos

83 Intersetorialidade

85 Resultados e impactos

85 Métodos de Identificação e Resultados

88 Incidência Política

95 Considerações e aprendizagens



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Introdução

O projeto Territórios em Rede (TR)

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, iniciou a implementação do Territórios em Rede (TR) em 2020, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios, a partir da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou a organização de políticas públicas e ações que visavam contribuir para a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na rede pública de ensino.

Sob estas condições, a iniciativa do Territórios em Rede enfatiza a urgência da efetivação do Direito à Educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

Inspirado por essa perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à Educação como um direito fundamental requer a implementação de ações estruturadas e direcionadas a interromper a perpetuação e a reprodução das desigualdades sociais e diversas formas de violência que afetam, sobretudo, a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Dessa forma, a garantia de uma Educação de qualidade para crianças e adolescentes está

- Em nível nacional, a pandemia da covid-19 agravou o risco de exclusão escolar, afetando principalmente crianças e adolescentes que já enfrentavam dificuldades na Educação. Isso ampliou as já existentes desigualdades de acesso e permanência na escola, com mais de cinco milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos não matriculados ou com o percurso escolar interrompido, sendo que mais de 40% tinham de 6 a 10 anos de idade, uma faixa etária com acesso à escola praticamente universal antes da pandemia.¹

¹ Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo Unicef a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

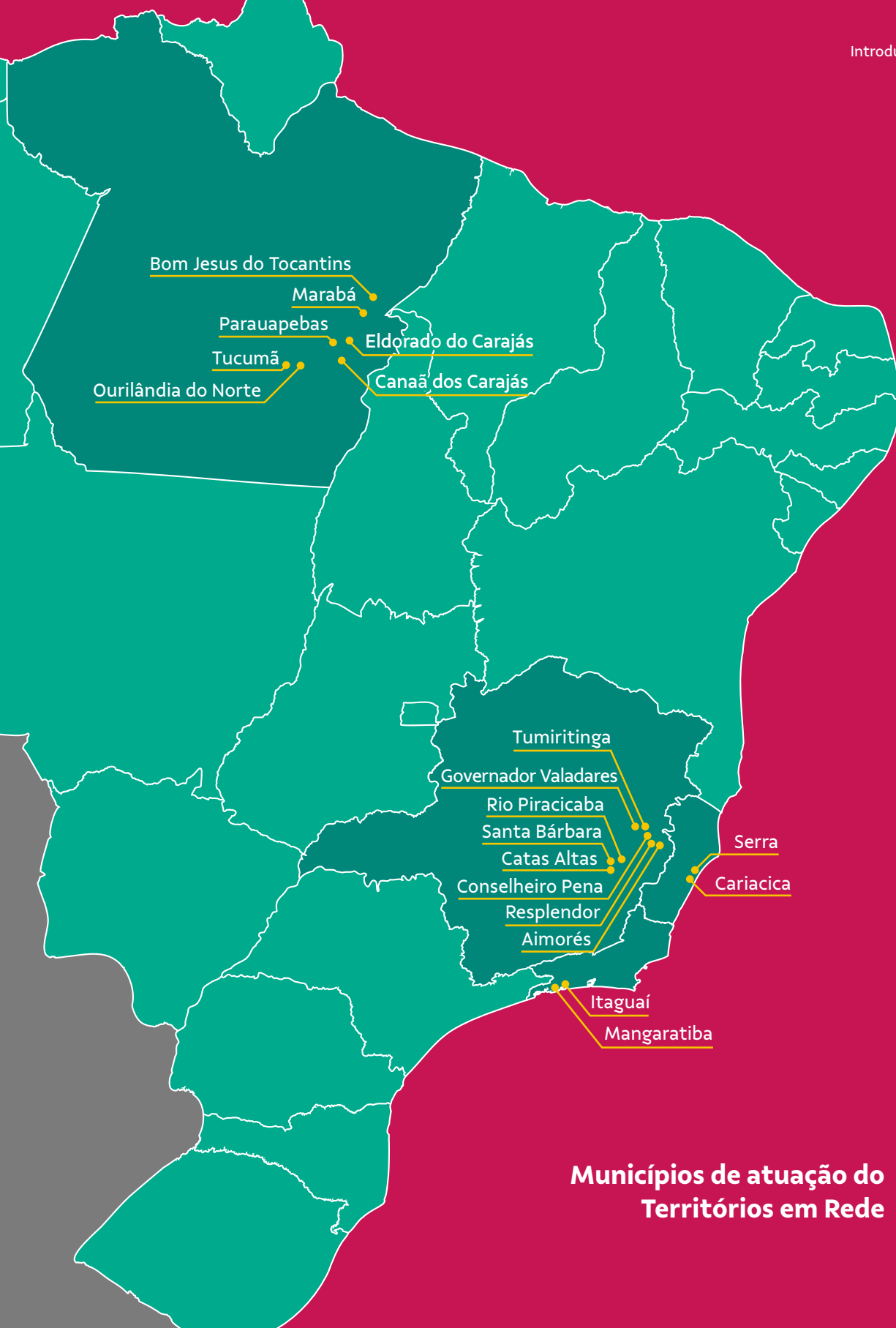
intimamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e, consequentemente, à redução da pobreza e das desigualdades sociais. Tal desafio se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram nosso país nos últimos anos, afetando especialmente crianças, adolescentes e territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

O Territórios em Rede começou suas atividades em julho de 2020 nos municípios de Serra (ES) e Marabá (PA), territórios que foram referência para a expansão da iniciativa em outros 17 municípios do país ao longo dos anos subsequentes. Entre 2021 e 2024, o projeto foi realizado também em outros estados – Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pará – com atuação em territórios que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

Durante quatro anos de atuação contínua, o Territórios em Rede, com base em diferentes atividades – formações, apoio à gestão, levantamento de dados, etc. –, conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes ao sistema educacional. Este resultado demonstra o potencial da abordagem intersetorial e interdisciplinar, com foco na Busca Ativa escolar como estratégia eficaz para assegurar a Educação e a proteção social, especialmente àqueles que se encontram sob violações de direitos.

Desde a sua concepção, o Territórios em Rede reconheceu a importância da incidência política, com vistas à estruturação e articulação de políticas públicas sustentáveis, voltadas para a prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas sociais podem resultar em ações fragmentadas que, frequentemente, não conseguem alcançar o impacto desejado sobre a exclusão escolar, especialmente considerando-se a complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.

Especialmente durante a pandemia da covid-19, a Busca Ativa escolar mostrou-se uma estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre as unidades escolares, os demais agentes da rede de proteção e as famílias. Essa



**Municípios de atuação do
Territórios em Rede**

articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, uma vez que a escola pública brasileira não é apenas um equipamento capaz de promover aprendizagens e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas sobretudo uma estrutura fundamental para acesso aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o Territórios em Rede assumiu o conceito de *exclusão escolar*² ou desvinculação escolar como um fenômeno complexo e multidimensional que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à escola;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados, devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;
- não estão matriculados, devido à falta de vagas na rede pública de ensino e/ou próximas de suas residências;
- evadiram ou abandonaram o sistema educacional;
- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária com riscos à sua saúde e a de seus familiares, e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

² Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua tese de doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os(as) mais excluídos(as) meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF>.

Nesta perspectiva, a exclusão escolar é entendida como um problema sistêmico, causado pelas profundas desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que nos caracterizam como sociedade. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, mas também urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

De olho na legislação

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, mas que seguem distantes de ser alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade, com a meta de que, pelo menos, 95% delas concluam essa etapa na idade recomendada. Além disso, o Plano busca universalizar a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos; expandir a oferta da modalidade em creches, para atender, pelo menos, metade das crianças de até 3 anos no país; e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes entre 15 e 17 anos no Ensino Médio para 85%.

Por isso, a Fundação Vale e Cidade Escola Aprendiz compreendem o Territórios em Rede como iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar no país. Ao respeitar as diversidades de cada território, a proposta oferece caminhos para o desenvolvimento territorial dos municípios em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos agentes e a possibilidade de criar uma metodologia a partir de suas necessidades.

O município de Canaã dos Carajás (PA)

Canaã dos Carajás é um município localizado no sudeste do estado do Pará. De acordo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), com base em dados obtidos no ano de 2010, seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,673, valor considerado mediano. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua extensão territorial é de, aproximadamente, 3.147 km², sendo que, deste total, pouco mais de 23 km² constitui sua área urbanizada.³

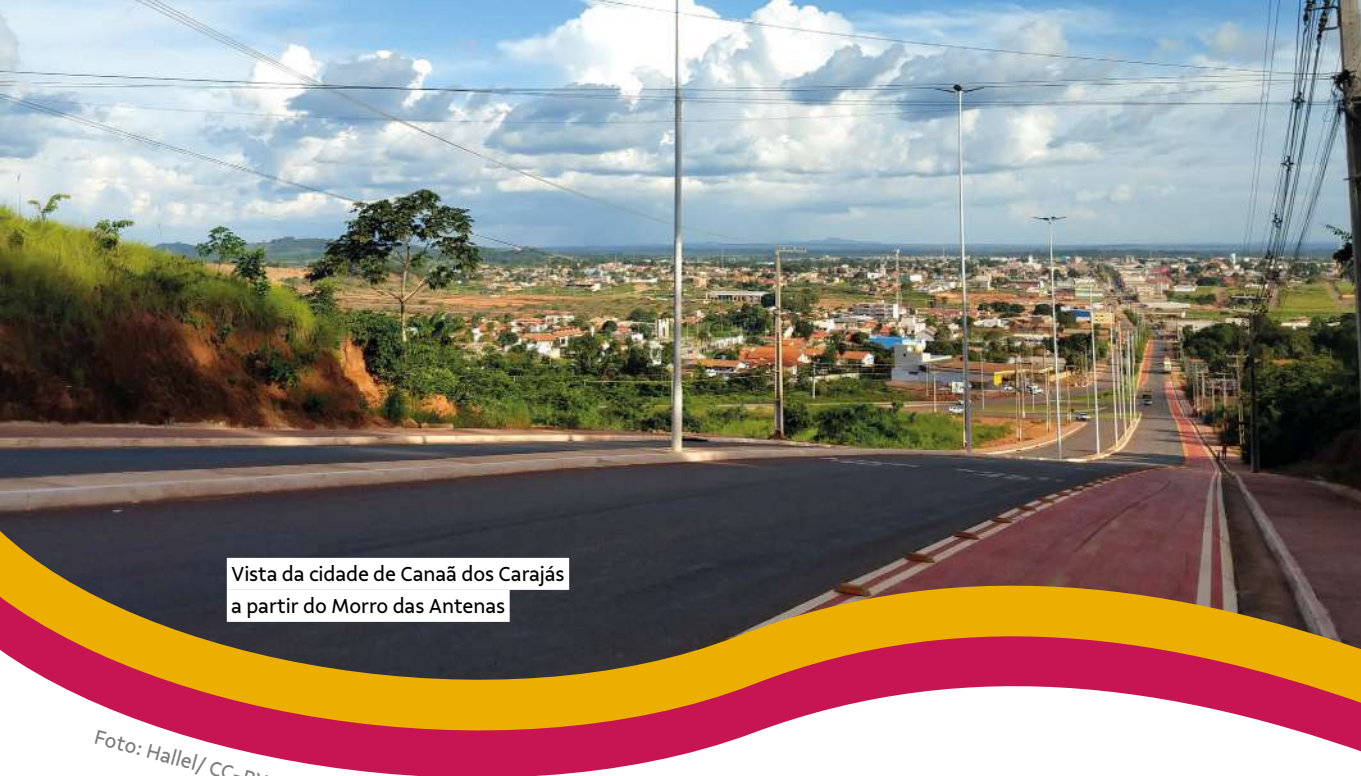
A origem de Canaã dos Carajás está inscrita no âmbito do Projeto Grande Carajás (PGC), implementado pela Ditadura Militar no começo dos anos 1980.⁴ Voltado para extração mineral, produção agrícola, transformação e beneficiamento mineral e produção energética (incluindo infraestruturas logísticas e de comunicação), o PGC trouxe transformações significativas para uma imensa região, abrangendo as bacias dos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, terras do Pará, de Tocantins e do Maranhão.

A partir de então, a área que hoje corresponde ao município de Canaã dos Carajás que, até a sua emancipação, em 1994, pertencia ao município de Parauapebas, passou a ser ocupada por pequenos agricultores migrantes (atualmente, 95% da população provém da imigração), que se estabeleceram a partir dos projetos de colonização de terras do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins, órgão ligado ao Conselho de Segurança Nacional. Os lotes agrícolas compunham o Centro de Desenvolvimento Regional, cuja produção tinha por finalidade suprir as operações do PGC.

Quando foi emancipada, a economia da cidade paraense era, majoritariamente, voltada para atividades agropecuárias. Ainda no fim do século passado, Canaã tinha cerca de 10 mil habitantes e era responsável pela segunda maior produção de leite no estado. Naquele momento, grande parte da infraestrutura

³ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/canaa-dos-carajas/historico>.

⁴ <https://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/novo/historia/>.



Vista da cidade de Canaã dos Carajás
a partir do Morro das Antenas

Foto: Hallel/ CC-BY-SA-4.0

considerada básica para um centro urbano, como abastecimento de água, tratamento de água e de esgoto, pavimentação, coleta de lixo e delegacia, era inexistente.

No começo dos anos 2000, quando foram iniciadas as obras da Mina do Sossego, a produção agropecuária caiu pela metade, assim como a área total plantada, alterando radicalmente o eixo econômico local. Já em 2005, começam os primeiros estudos do que seria, anos depois, o Complexo S11D, que veio a ter suas obras concluídas em 2017, tornando-se a maior mina a céu aberto da história da humanidade.

Encontra-se também, no município do sudoeste paraense, parte da Floresta Nacional de Carajás (FLONA Carajás), unidade de conservação criada em 1998, cercando algumas das maiores operações mineradoras do planeta. Articulada com esta unidade de conservação, há outras, como a FLONA do Tapirapé-Aquiri, a Reserva Biológica do Tapirapé, a Área de Proteção Ambiental do Igarapé do Gelado, a FLONA Itacaiúnas e a Terra Indígena Xikrin do Rio Cateté, compondo o chamado Mosaico de Carajás, que abrange uma área de 807 mil hectares.

Segundo o Censo de 2022 do IBGE, o município possui 77.079 habitantes. A população é composta por 52.546 pessoas pardas (68,2%), 7.515 pretas (9,8%) e 120 indígenas (0,2%). Os brancos e amarelos somam, respectivamente, 16.694 (21,7%) e 204 (0,3%) pessoas.

Em 2022, havia 26.689 pessoas ocupadas em emprego formal, o que representa quase 35% da população. Já o rendimento médio desses trabalhadores formalizados era de 3,2 salários mínimos⁵ (IBGE, 2022).

No mês de junho de 2024, o município de Canaã dos Carajás teve 17.394 famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), sendo 8.478 (49%) em situação de pobreza. Essas famílias somavam 44.376 pessoas, com 122.864 (52%) nessa condição. Para fins dos programas sociais do Governo Federal, conforme a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, a família em situação de pobreza é aquela cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa R\$ 218,00.

A atualização do CadÚnico a cada dois anos é requisito para o recebimento do benefício. Em junho de 2024, 81% das famílias estavam com o cadastro atualizado. Entre as famílias com renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, a atualização cadastral estava em 87% do total.

Ainda no mês de junho de 2024, o município de Canaã dos Carajás teve 7.625 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Estas famílias reúnem 22.751 pessoas e totalizaram uma transferência mensal de R\$ 5.408.216,00, resultando em um benefício médio de R\$ 709,65 por família.

Em maio de 2024, 9.528 beneficiários de 4 a 17 anos de idade tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de Educação no município de

• Importante

- A situação de pobreza é
- caracterizada pela renda
- mensal de, no máximo,
- R\$ 218,00 por pessoa.
- Se a renda mensal não
- ultrapassar R\$ 109,00 por
- pessoa, a família é clas-
- sificada em situação de
- extrema pobreza.
- Fonte: Ministério do
- Desenvolvimento Social – MDS,
- Governo Federal, 2024.

5 Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/canaa-dos-carajas/panorama>.

Canaã dos Carajás. No período, foram acompanhados 85,8%, o que totaliza 8.174 beneficiários entre 4 e 17 anos (a cobertura nacional de acompanhamento foi de 80,6%). Entre crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários do Bolsa Família que tiveram o acompanhamento da condicionalidade da Educação, que é de 60% de frequência escolar, para crianças de 4 e 5 anos, e de 75%, para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, 97,1% a cumpriram. As taxas de cumprimento da condicionalidade por faixa etária foram de 98,1%, para crianças de 4 e 5 anos; 97,1%, de 6 a 15 anos, e 95,4%, para adolescentes na faixa de 16 e 17 anos.



“Esse projeto chegou na minha casa para me ajudar em um momento muito difícil! A equipe veio e me auxiliou a encaminhar o meu filho para fazer o tratamento pelo CRAS. Tem sido uma bênção!”

Mãe de um menino de 10 anos em Canaã dos Carajás



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

A implementação do Territórios em Rede em Canaã dos Carajás

Pressupostos Éticos e Conceituais

Direito à Educação

O Territórios em Rede tem como principal fundamento a defesa do Direito à Educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Nessa perspectiva, o projeto desenvolve ações formativas em diferentes frentes, criando estratégias em diálogo com as diferentes equipes e setores com os quais dialoga.

Para assegurar o Direito à Educação para crianças e adolescentes, defende-se não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação ao Sistema de Garantia de Direitos e aos demais equipamentos que atendem a infância, a adolescência e famílias, em suas mais diferentes configurações.

Na escola, o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando-se suas necessidades, interesses e contexto sociocultural – o que significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas a cada um e a cada uma.



“O Direito à Educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado”.

Katarina Tomasevski, 1ª relatora do Direito à Educação da Organização das Nações Unidas.

Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede compreende a centralidade do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente para a efetiva inclusão de crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Neste sentido, os seguintes pontos se destacam como pressupostos do projeto:

Contexto

O território é **contexto**. Como tal, ele expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e estudantes e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração territorial.

Participação

A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de que as pessoas se sintam reconhecidas, parte do projeto educativo e corresponsáveis por apoiar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes na escola.

Conhecimento

O **território**, seja ele qual for, é rico em interações significativas em estado potencial. Pessoas, saberes e recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo dos estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis que estão além das instituições.

Articulação Intersetorial

Para que crianças e adolescentes possam acessar a escola e aprender é necessário criar condições para a sua **educabilidade** (Tedesco; López, 2002).⁶ Portanto, é fundamental que condições dignas de vida e seus direitos estejam

6 TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. "Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina". *REICE* – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, vol. 2, n. 1, jan–jun, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103>.

observados. Para isso, é preciso contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado de equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições a dar ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, etc.).

Redes territoriais

Neste cenário, é necessário reconhecer a importância das redes territoriais na promoção do Direito à Educação, e na salvaguarda dos demais direitos humanos.

As redes territoriais são os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e que envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública, etc. – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de ações comunitárias e projetos locais, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos envolvidos em causas e pautas comuns. Estas organizações, comumente, se reúnem para discutir propostas de desenvolvimento local e trocar informações sobre o território e os problemas da região.

Como estrutura formalizada, podemos compreender a criação de redes de proteção social estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado nos territórios, buscando alinhamentos para assistir as pessoas, em vez de apenas encaminhá-

–las de um serviço para o outro. As redes formais são estabelecidas por meio da formalização de programas e políticas públicas intersetoriais no nível dos territórios. Tais redes possibilitam alinhar agendas e unificar cadastros e sistemas de informação numa lógica de colaboração.

- **Importante!**
- Como princípio orientador,
- a rede de proteção social territorial desenvolve estratégias de integração dos agentes locais, buscando superar
- a lógica dos encaminhamentos, ao adotar uma abordagem integrada, que prioriza a
- criação de comitês multidisciplinares de referência para
- cada família atendida.

A **escola também compõe ou dialoga diretamente com as redes** – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território em que se insere. Como um ator presente na comunidade, em busca da melhoria das condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem, com foco na capacidade que têm de produzir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e da comunidade.

Importância do Projeto Político Pedagógico (PPP)

A garantia do Direito à Educação pressupõe a articulação e a colaboração entre escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O Projeto Político Pedagógico é uma estratégia para concretizar as relações no ambiente escolar, construído e monitorado colaborativamente, tornando-se importante instrumento de democratização da gestão e do conhecimento.

A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais, buscam-se condições contínuas para o acesso à Educação, com garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial interseccional com participação comunitária.

A atuação em rede torna-se central para a efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. Esta abordagem está fundamentada numa visão de escola pública participativa e democrática, voltada para o desenvolvimento comunitário sustentável e na garantia do Direito à Educação de crianças e adolescentes.

Passos Estruturantes

O Territórios em Rede ampliou suas atividades no Pará, em 2021, envolvendo os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Canaã dos Carajás, Eldorado do Carajás, Ourilândia do Norte, Parauapebas e Tucumã. Em Canaã dos Carajás, a iniciativa foi implementada a partir de julho de 2021.

Inicialmente, a Fundação Vale e a equipe gestora do projeto realizaram uma apresentação para as Prefeituras locais, com a presença das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Esses encontros foram estratégicos para iniciar as visitas às instituições públicas e tiveram como objetivo alinhar os procedimentos e começar o trabalho de campo.

Conhecendo o território

Após as pactuações e os alinhamentos iniciais com a gestão pública do município, a equipe gestora se concentrou em estabelecer as bases para a implementação de sua metodologia e o alcance de suas metas centrais:



Meta primária

Reinserir 400 estudantes na escola, com a estimativa de haver, aproximadamente, 640 crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão no município de Canaã dos Carajás. Esta meta representaria 62,5% do público-alvo.

Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

A meta primária foi calculada com base na relação entre as informações obtidas por meio do Diagnóstico Socioterritorial e a capacidade da equipe de campo disponível à época. Para apoiar a meta principal, foram estabelecidos indicadores de processo, que também serviam ao monitoramento das atividades

planejadas e executadas. A segunda meta teve como objetivo apoiar o trabalho das Secretarias, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.

Para cumprir os objetivos e metas previstos, o projeto deu início a um conjunto de ações estratégicas. Enquanto algumas aconteceram na fase de implementação do projeto, outras foram realizadas continuamente ao longo de todo percurso do Territórios em Rede em Canaã dos Carajás:

- **Estruturação e Formação das equipes** de campo e planejamento;
- **Articulação Intersetorial por meio da criação de um Comitê Gestor Intersetorial (CGI)** com foco na questão da exclusão escolar;
- **Diagnóstico Socioterritorial** para levantamento de dados e de informações sobre o município;
- **Formação em Serviço**: capacitação de agentes públicos e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas;
- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social**: estratégias de comunicação, a fim de sensibilizar e mobilizar o município para a agenda do enfrentamento da exclusão escolar;
- **Busca Ativa escolar e Articulação no território**: trabalho de campo voltado para a identificação de crianças e/ou adolescentes em situação de exclusão escolar (visitas domiciliares e contato telefônico), bem como na mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;
- **Avaliação e Monitoramento**: cadastro de casos em sistema próprio, permitindo a construção de um banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidos;
- **Sistematização da Metodologia**, discutindo aprendizagens e o legado sobre a incidência política do Territórios em Rede no município.

Uma vez que a iniciativa tinha como ponto central garantir o acesso e a permanência na escola, mantendo o vínculo dos estudantes e suas famílias com as unidades escolares, e assegurando sua proteção social, articular a rede de proteção existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e a prevenção do risco crescente de exclusão e/ou abandono escolar.

A equipe para o trabalho de campo foi composta por uma gestora e três articuladoras que, além de residirem no município, detinham conhecimento do território e da oferta de serviços públicos pela rede intersetorial daquela localidade.

Organograma do projeto



* Adaptação a partir do desenho de equipe do Territórios em Rede com vistas à sua replicação.

Formação inicial e continuada da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o Territórios em Rede em Canaã dos Carajás não apenas avançou na sua estruturação, mas promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência nos territórios, assim como criou canais de comunicação, visando ações integradas entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do Direito à Educação, formação de redes e ação intersetorial, além de discutir a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, sobre a metodologia da Busca Ativa escolar, ações técnicas no uso de aplicativos e a inserção de dados para monitoramento dos casos identificados.

A formação teve como eixos o planejamento e a implementação de estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.



Fonte: Banco de Imagens do projeto, junho/2022.

As gestões centrais de campo e monitoramento em reunião formativa com a equipe de Canaã dos Carajás.

Foco na legislação!

Constituição Federal (CF) 1988

Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à Educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.⁶

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990

Reforça os direitos das crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A Lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento da população.⁷

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 1996

Apresenta as diretrizes e bases da Educação Nacional, garantindo o Direito à Educação e estabelecendo normas para sua organização.⁸

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos 2010

Orientam a formulação dos currículos para o Ensino Fundamental, garantindo a inclusão e a qualidade da Educação.⁹

⁷ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília/DF: Presidência da República, [1988/2023]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

⁸ BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF: Senado Federal, 1990. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf.

⁹ BRASIL. *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília/DF: Diário Oficial da União. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

¹⁰ BRASIL. *Resolução CNE/CEB 7/2010*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf.

Equipe em campo

A equipe do Territórios em Rede de Canaã dos Carajás entrou em campo no mês de novembro de 2021. Para melhor identificar os articuladores, um vídeo de apresentação da equipe local foi divulgado. Com isso, as parcerias foram crescendo, sobretudo com as instituições de ensino.

Articulação Intersetorial e criação do Comitê Gestor Intersetorial

Considerando-se a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas, em Canaã dos Carajás, parcerias com instituições e órgãos necessários à implementação da proposta. Nesse período, a equipe promoveu visitas a entidades civis e órgãos governamentais do município, visando divulgar o projeto, fortalecer articulações e definir fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

A formação do **Comitê Gestor Intersetorial** no município, peça-chave do projeto, tem como finalidade estabelecer-se como um fórum de articulação de políticas e análise de casos de exclusão escolar. Seu principal objetivo é aumentar a integração das ações governamentais em todos os níveis, com a participação ativa de gestores, visando à ativação da rede de proteção social e ao acesso aos direitos da cidadania.

De caráter multidisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, no território. Os componentes e as diretrizes eram definidas pelas equipes técnicas das Secretarias e, então, apresentadas e seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas, para fortalecer a rede de proteção de crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.



↑ Apresentação equipe de Canaã dos Carajás (PA) – YouTube



↑ Veja também o vídeo para a chegada do projeto nas novas cidades do Pará

Reunião do Comitê Gestor Intersetorial com a participação de representantes da Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Funcel), Conselho de Educação, Conselho da Criança e do Adolescente, Ciclo Saúde de Proteção Social, e do consultor de estatística e dados do projeto, Dalcio Marinho.



Fonte: banco de imagens do projeto, agosto/2023.

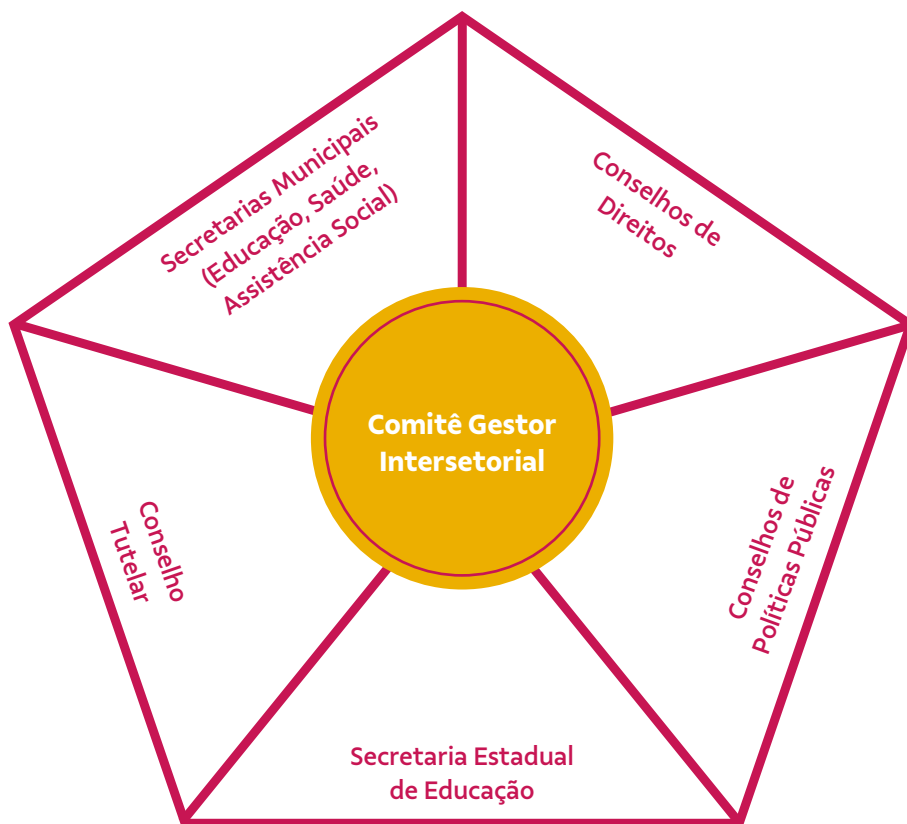




Foto: João Vitor-Norte Sul Studio

O trabalho de fomento à intersectorialidade realizado no âmbito do **Comitê Gestor Intersetorial** (CGI) possui os seguintes objetivos gerais:

Objetivos gerais do CGI

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersectorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhado para acompanhamento da implementação do projeto com o Poder Público;
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas, voltadas para a proteção integral de crianças e adolescentes, por meio da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar;
- Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersectorial do Comitê, para dar sustentabilidade às suas ações;



- Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal intersetorial de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar nos municípios;
- Promover um percurso formativo em torno da metodologia do Territórios em Rede, com os representantes das políticas públicas.

De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes agentes envolvidos no Comitê, foram realizadas reuniões de trabalho nas quais a equipe local apresentou suas principais ações em Canaã dos Carajás. Nesses encontros, situações críticas de crianças e/ou adolescentes fora da escola ou em risco de evasão foram debatidas, e diferentes estratégias desenhadas, a fim de responder, de forma efetiva, aos desafios identificados.

- **Desafios Encontrado em Canaã dos Carajás**
- A partir da identificação e análise dos principais desafios, o Comitê estabeleceu o fluxo de informações e indicadores para monitorar o número de crianças e/ou adolescentes em idade escolar. Esses dados, alimentados no sistema georreferenciado do Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da exclusão escolar em Canaã dos Carajás, mas auxiliaram no acompanhamento e avaliação das ações implementadas.



“Eu queria agradecer ao projeto que vem sempre acompanhando os meus filhos. Inclusive, quando eles tiveram algumas faltas, a equipe veio aqui saber o motivo, mas agora já estão ativos. Agradeço muito ao Territórios em Rede!”

Mãe de um menino de 5 anos, inserido pelo projeto na escola, em Canaã dos Carajás.

Diagnóstico Socioterritorial

Para garantir o alinhamento da metodologia do Territórios em Rede à realidade local, a equipe do projeto buscou informações em bases de dados secundárias que pudessem fornecer subsídios ao Diagnóstico Socioterritorial do município e auxiliar no entendimento do perfil das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar.

Esse diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilidade social, voltado para a elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e uma visão integrada dos desafios da Educação.

O diagnóstico ofereceu subsídios para as políticas sociais do município, tanto em sua elaboração inicial, quanto por ter sido alimentado ao longo do projeto. O diagnóstico se tornou importante ferramenta de análise das demandas socioeconômicas pelo Direito à Educação, por transformar os cadastros individuais e as listas de nomes em informações concretas e vivas, mostrando a conexão de crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais e com marcadores de classe, raça e gênero.

De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE, a população de Canaã dos Carajás aumentou 188,5%, entre 2010 e 2022. Esse foi o maior crescimento relativo entre todos os municípios brasileiros no período, certamente, causado pelo fluxo migratório que vem refletindo a capacidade de atração de força de trabalho vivenciada pelo município.

Nesse contexto, a população de 4 a 17 anos também foi impactada, expandindo-se 142,8% entre os dois levantamentos censitários, o que é muito expressivo, mas vale destacar que foi um incremento menor que o da população geral. A redução da fecundidade pode ter uma parcela de contribuição, porém o tamanho do contingente que chegou ao município entre os dois levantamentos do IBGE minimiza esse fator. A rigor, o fluxo imigratório ainda intenso é o que

explica este quadro demográfico, pois é típico dos movimentos migratórios impulsionados por oportunidades de trabalho que tenham um amplo contingente adulto, às vezes, sem família ou filhos, para compor a força de trabalho no polo de destino.

População de 4 a 17 anos por faixa etária escolar em 2010 e 2022 – Canaã dos Carajás

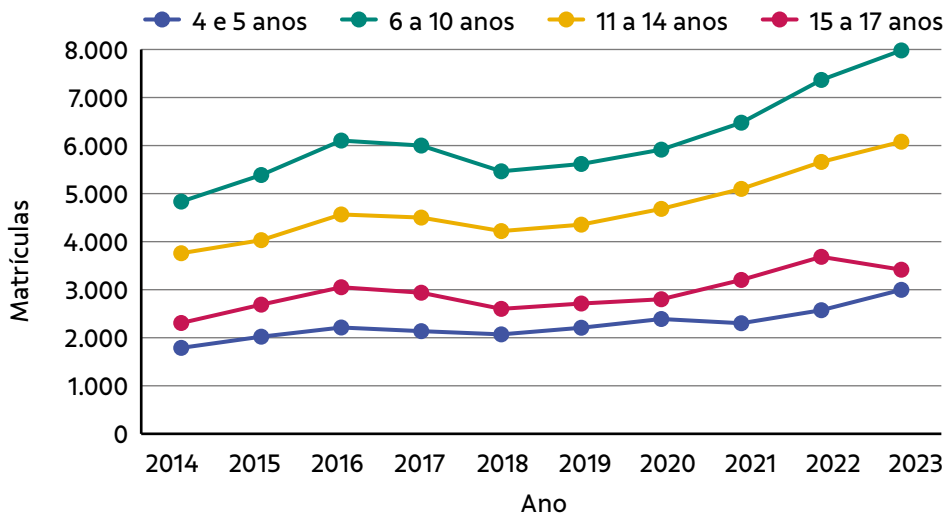
Idade	Ano	
	2010	2022
4 e 5 anos	1.171	2.867
6 a 10 anos	2.886	7.076
11 a 14 anos	2.248	5.341
15 a 17 anos	1.622	3.961
Total	7.927	19.245

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

O número de matrículas de estudantes com idade entre 4 e 17 anos expandiu 143,3%, entre 2010 e 2022, acompanhando a expansão da população infanto-juvenil. Este é um indicativo de que a cobertura do atendimento escolar se manteve estável no período. Na data de referência do Censo Escolar de 2023 (31 de maio), havia 23.163 matrículas na Educação Básica, sendo 20.473 de crianças e adolescentes com idades entre 4 e 17 anos.

O gráfico a seguir mostra o número de matrículas por faixa etária do estudante, a despeito da etapa que frequentava, entre os anos de 2014 e 2023.

Número de matrículas, por faixa etária, de 2014 a 2023 –
Canaã dos Carajás



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
4 e 5 anos	1.789	2.022	2.213	2.137	2.070	2.208	2.390	2.302	2.573	2.997
6 a 10 anos	4.834	5.387	6.104	6.000	5.464	5.617	5.915	6.476	7.366	7.980
11 a 14 anos	3.759	4.031	4.566	4.501	4.220	4.354	4.682	5.098	5.659	6.080
15 a 17 anos	2.307	2.689	3.051	2.937	2.601	2.712	2.801	3.203	3.684	3.416

Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica, 2014 a 2023.

Segundo o Censo Escolar de 2023, a rede municipal de Canaã dos Carajás foi responsável por 69,5% das matrículas na Educação Básica e a rede estadual, por 10,7%. As unidades de ensino privadas somavam 19,8% das matrículas. Na Educação Infantil, a rede municipal foi responsável por 68,3% das matrículas, na creche, e de 87,1%, na pré-escola, sendo o restante das matrículas

oferecido pela rede privada. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede municipal foi responsável por 82,9% das matrículas e a rede privada, por 17,1%. Nos anos finais, a rede municipal abrangeu 85,4% das matrículas e a rede privada, 14,6%. No Ensino Médio, 75,4% das matrículas foram oferecidas pela rede estadual e o restante ficou com a rede privada.

A distribuição das matrículas na Educação Básica por gênero neste município paraense reflete um quadro comum no Brasil: os meninos predominaram numericamente em 2023, correspondendo a 50,4% dos estudantes. Entretanto, no Brasil, em geral, a evasão escolar durante a Educação Básica impacta mais os meninos, fazendo com que as meninas sejam maioria no Ensino Médio, o que se reproduz em Canaã dos Carajás, onde elas somaram 55% nessa etapa escolar.

A declaração por cor ou raça dos estudantes de Canaã dos Carajás no Censo Escolar de 2023 alcançou 69% das matrículas. Nesse contingente, de 15.982 matrículas, os estudantes declarados pardos eram 74,9% e os pretos, 3,4%. Além desses, 21,2% foram declarados brancos; 0,5%, amarelos e 0,1%, indígenas.

Matrículas na Educação Básica com declaração de Cor ou Raça em 2023 – Canaã dos Carajás

Cor ou Raça	Matrículas	%
Parda	11.970	74,9%
Branca	3.382	21,2%
Preta	539	3,4%
Amarela	78	0,5%
Indígena	13	0,1%
Total	15.982	100%

Nota: Foram consideradas somente as matrículas com informação de cor ou raça, referentes a 69% do total (7.181 matrículas não tiveram a informação).

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Ainda segundo dados do Censo Escolar (2023), o horário integral (mínimo de 7 horas por dia) é pouco oferecido na Educação Infantil de Canaã dos Carajás, alcançando apenas 14,3% das matrículas na creche e 1,8% na pré-escola. Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental também é predominante o horário parcial (menos de 7 horas por dia), com 98,6% e 89,7%, respectivamente. No Ensino Médio, 98,9% das matrículas são oferecidas em horário parcial.

Percentual de Matrículas na Educação Básica com jornada em Tempo Integral em 2023 – Canaã dos Carajás

Etapa	%
Creche	14,3%
Pré-escola	1,8%
Anos Iniciais	1,4%
Anos Finais	10,3%
Ensino Médio	1,1%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de estudantes com idade que esteja dois ou mais anos acima da recomendada para a série escolar em que estão matriculados.

Em Canaã dos Carajás, no ano de 2023, a TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 10,3% e a dos anos finais, de 22,6%. Estas taxas são maiores que as médias brasileiras para as respectivas etapas (7,5% e 17%), porém, inferiores aos percentuais do estado do Pará (14,9% e 32,8%).

No Ensino Médio, 25,1% dos estudantes estão com idade acima da esperada para o ano escolar que frequentam. Embora a distorção idade-série alcance 32,5% dos estudantes paraenses na respectiva etapa, esta também é uma TDI elevada, haja vista que a média brasileira é de 19,5%.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a TDI de 10,3%, em 2023, significou um ligeiro aumento em relação aos dois anteriores, quando a taxa havia ficado abaixo dos 10%. Já nos anos iniciais e no Ensino Médio, a distorção idade-série vem diminuindo paulatinamente, com pequenas oscilações, e os percentuais alcançados em 2023, nas duas etapas mencionadas, são os menores já registrados no município.

Taxa de Distorção Idade-Série em 2023 – Canaã dos Carajás

Etapa	TDI
Anos iniciais do Ensino Fundamental	10,3%
Anos finais do Ensino Fundamental	22,6%
Ensino Médio	25,1%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A taxa de aprovação do Ensino Fundamental, em 2023, foi de 96,4% nos anos iniciais e de 95,1% nos anos finais do Ensino Fundamental. Com exceção dos resultados verificados durante a pandemia da covid-19 (2020 e 2021), em que a aprovação foi impactada pela suspensão das atividades presenciais, essas são as maiores já registradas no município.

No Ensino Médio, a taxa de aprovação foi de 99% em 2023. Essa também foi a maior já registrada no município, como exceção do ano de 2020, em que as aulas presenciais estavam suspensas. Vale destacar que, em 2019, antes da pandemia, a taxa de aprovação do Ensino Médio foi de 75,8%.



A taxa de abandono escolar expressa, dentre os estudantes que estavam matriculados no final do mês de maio, aqueles que não terminaram o ano letivo vinculados a uma escola.

A taxa de abandono nos anos iniciais do Ensino Fundamental de Canaã dos Carajás é baixa, apresentando-se decrescente desde 2015. Em 2022 e 2023, foi registrado apenas 0,1% de abandono no município. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a taxa foi de 0,5%, a menor registrada no município, salvo o biênio da pandemia de covid-19 (2020-2021), em que as aulas presenciais estavam suspensas e praticamente não houve registro de abandono.

No Ensino Médio, a taxa de abandono também foi de 0,5% em 2023. Esse percentual contrasta com o histórico do município, haja vista que, com exceção de 2020, o primeiro ano da pandemia, a menor taxa registrada havia sido de 12,3%, em 2019. A taxa de 2023 representa uma queda brutal em relação a 2022, quando 19,7% dos estudantes do Ensino Médio não concluíram o ano letivo.

• **Ponto de atenção!**

- Para o sistema educacional, há uma diferença entre as definições de **abandono** e **evasão escolar**. Abandono é o ato de parar de frequentar a escola antes de terminar o ano letivo. Já a evasão refere-se ao estudante que abandonou a escola, ou até mesmo chegou ao final do ano letivo, mas não retornou no ano seguinte para o sistema escolar.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Taxa de Aprovação em 2023 – Canaã dos Carajás

Etapa	Taxa de aprovação
Anos iniciais do Ensino Fundamental	96,4%
Anos finais do Ensino Fundamental	95,1%
Ensino Médio	99,0%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2023.

Taxa de Abandono em 2023 – Canaã dos Carajás

Etapa	Taxa de abandono
Anos iniciais do Ensino Fundamental	0,1%
Anos finais do Ensino Fundamental	0,5%
Ensino Médio	0,5%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2023.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas de Canaã dos Carajás, em 2021, foi 4,8, igual ao índice paraense, mas teve variação negativa em relação às duas medições anteriores, 2017 e 2019. Nos anos finais, o IDEB das escolas públicas foi de 4,6, apresentando aumento consecutivo, em 2019 e 2021, alcançando um índice superior ao das escolas públicas do estado do Pará.

Em 2021, não foram divulgados resultados para o Ensino Médio, porque a coleta de informações e as provas foram feitas durante o período de emergência sanitária, entre novembro e dezembro de 2021, quando muitas escolas públicas do país ainda não estavam realizando atividades 100% presenciais, ou haviam acabado de promover o retorno às salas de aula. Segundo o Inep, as provas do SAEB foram aplicadas em 71,3% dos estudantes previstos, um número que deve variar, consideravelmente, conforme a etapa e a rede de ensino.

No Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de 2021, consta que as escolas públicas de Canaã dos Carajás não superaram as notas obtidas em 2019 nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. No Ensino Médio, não foram divulgados resultados de 2021 do município. No estado do Pará, houve recuo nos anos iniciais do Fundamental e aumento nos anos finais e no Ensino Médio. Na média nacional, houve recuo nas três etapas.



“Quero aqui agradecer às meninas do Territórios em Rede, pois sou novata na cidade e os meus filhos só estão estudando por causa do projeto. Elas vieram na minha casa, fizeram o cadastro e conseguiram as vagas para os meus filhos.”

*Mãe de duas crianças atendidas pelo projeto em
Canaã dos Carajás*

Dados da rede pública de ensino em Canaã dos Carajás

IDEB da rede pública em 2021

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental
4,8	4,6

Matrículas em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
14.648 matrículas	2.702 matrículas

Docentes em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
474 docentes	91 docentes

Número de estabelecimentos de ensino em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
24 escolas	6 escolas

Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica 2023. INEP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, 2021.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Busca Ativa

O trabalho de Busca Ativa escolar proposto pelo Territórios em Rede se organiza também no “bater de porta em porta”, caminhando pelas ruas e, como o próprio nome indica, buscando, investigando o território, falando com moradores e trabalhadores, e acionando as instituições por caminhos complementares. A Busca Ativa escolar é, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.

Além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a metodologia teve início a partir da articulação de diferentes fontes de informação que pudessem identificar possíveis situações de desvinculação escolar, e se tornar casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foram realizados, como ações iniciais da estratégia, o mapeamento e a articulação de instituições, e iniciativas de mobilização e comunicação local.

Mapeamento de instituições e demandas

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis feito pelos articuladores;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do Territórios em Rede a cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças e/ou adolescentes em situação de infrequência e/ou exclusão escolar.

Com o apoio das lideranças das pastas da Educação, Saúde e Assistência Social do município, a equipe de campo iniciou o diálogo e o acompanhamento das pessoas que realizam o trabalho das pastas, na ponta e no cotidiano. Na Educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e a colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando o projeto às equipes de gestão e pedagógicas, e listando as demandas específicas em cada instituição.

Busca Ativa nas ruas

- Busca por crianças e/ou adolescentes fora da escola, de porta em porta, a partir da demanda espontânea. Muitas vezes é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças e/ou adolescentes que não estão indo para a escola;
- Visitas aos CRAS, unidades de Saúde, igrejas, associações e comércios;
- Conversas com agentes locais sobre crianças, adolescentes e famílias não localizadas no território.
- Disponibilização de cartazes com informativos e imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme utilizado pelos articuladores fez diferença na recepção e acionamento deles nos territórios.

Procedimentos adotados ao encontrar uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de evasão escolar

1. Articulador se aproxima da família para entender a situação, por meio de uma visita domiciliar;
2. Articulador realiza uma entrevista a fim de obter informações para cadastro e o entendimento do caso identificado;
3. Cadastramento da família no sistema de monitoramento do projeto, com registro de informações, por meio de um aplicativo que alimenta o banco de dados do projeto;
4. No caso de criança ou adolescente fora da escola, orienta-se, imediatamente, a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano;
5. Se a criança ou o adolescente estava matriculado, mas infrequente, fazia-se o cadastro para acompanhamento familiar, com vistas a prevenir o abandono.

Fluxo de ações

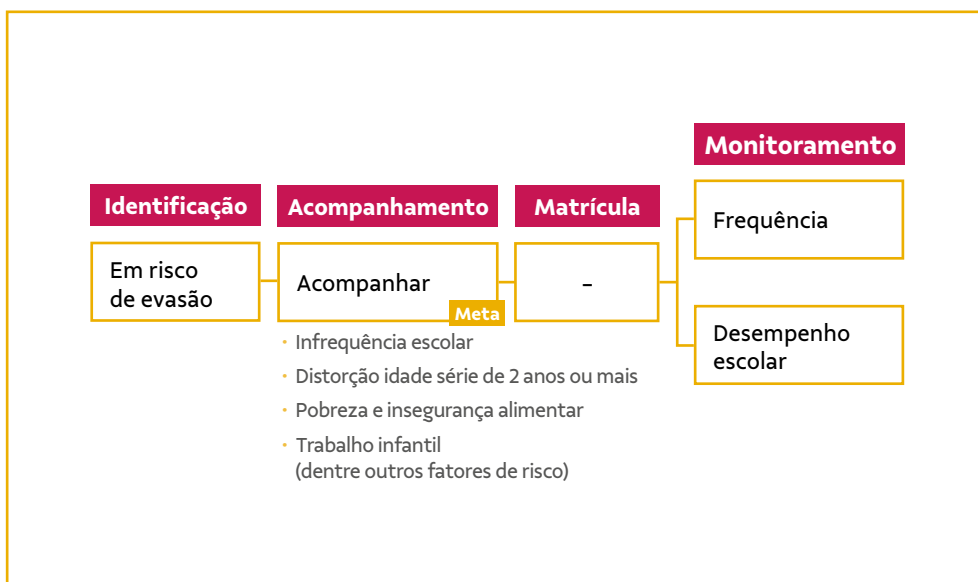
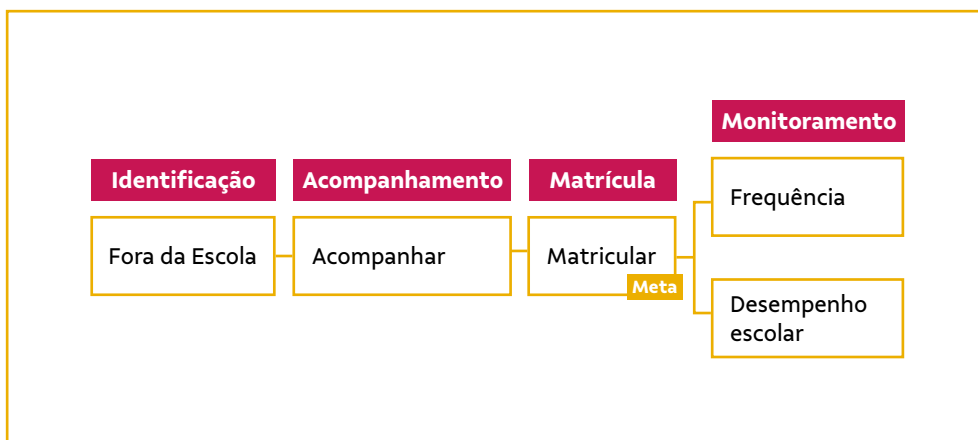
Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
- identificar motivo pelo qual a criança ou o adolescente está fora da escola; - assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo; - uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar.	- identificar motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino); - monitorar a frequência escolar e o desempenho regularmente; - avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violências, etc.
verificar outras demandas sociais da criança / adolescente ou no núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras);	
realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares).	



“Só tenho a agradecer! Eu estava muito triste, mas agora com esse projeto, eu vou poder estudar, ir para a escola todos os dias. Do mesmo jeito que esse projeto me ajudou, ele vai ajudar muitos e muitos jovens. Vocês estão de parabéns!”

Adolescente de 15 anos de Canaã dos Carajás que tomou conhecimento do projeto a partir de um cartaz no comércio local

Fluxo de ações



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Uma vez que o articulador localizava uma criança ou um adolescente fora da escola, era realizada a visita domiciliar para entender, com os responsáveis, os motivos pelos quais estava infrequente ou havia abandonado, evadido ou nunca estado na escola.

O trabalho de (re)inserção da criança ou do adolescente na escola envolvia:

1. a articulação com as escolas responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula;
2. a articulação com órgãos da Saúde, Assistência Social, Sistema de Garantia de Direitos, Direitos Humanos, entre outros, a depender do motivo que mantinha o estudante afastado; e
3. a articulação com parceiros para resolver documentação pendente, sanar problemas de vulnerabilidade social, como saúde, moradia ou ausência de responsável, transferência de escola por motivos de conflitos no território, que afetavam o deslocamento da criança e/ou do adolescente até a escola, entre outros.

Após efetivada a matrícula, mantinha-se, quando necessário, um acompanhamento do estudante/famílias, em diálogo direto com gestores das unidades escolares, buscando a permanência na escola, por meio do constante monitoramento das listas fornecidas, periodicamente, pela rede de Educação. Caso houvesse sinais de nova evasão, a equipe do projeto retomava as etapas anteriores, necessárias para reconduzir a criança e/ou o adolescente à rede escolar.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Equipe de Canaã dos Carajás em campo

Desafios encontrados e os impactos da pandemia

O Territórios em Rede encontrou diversos desafios para a implementação dos seus objetivos, dentre os quais destacam-se:

Intersetorialidade e implementação de políticas públicas

Verificou-se a ausência de uma cultura de trabalho intersetorial, além do desconhecimento dos gestores públicos sobre as ações em curso nos diferentes setores da gestão municipal e, ainda, a falta de dados gerais sobre a cidade, o que dificultava a implementação de ações promotoras do Direito à Educação de qualidade, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade;

Alto nível de vulnerabilidade social das famílias identificadas

Essa condição exigia que as equipes de campo atendessem a várias demandas, além do acesso à escola, como: proporcionar meios para acesso à alimentação, aos serviços de Assistência Social e Saúde, exigindo, das equipes, habilidades específicas para articulação, acolhimento e identificação dos principais fatores que interferem no acesso e na permanência na escola;

Dificuldade de locomoção entre os distritos do interior e as escolas

Devido a distância, má qualidade das estradas e condições climáticas desfavoráveis;

Trabalho infantil

Nos distritos do interior, havia crianças e adolescentes infrequentes ou evadidos do sistema educacional devido à necessidade de trabalhar para sustentar a família.

Pandemia e impactos no processo de escolarização

Os impactos da pandemia na Educação de crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza são complexos e profundos. Sua total extensão ainda requer avaliação detalhada. Durante o período de transição para o retorno às aulas presenciais, várias questões surgiram, particularmente entre famílias vulneráveis. Por exemplo, na região do Pará onde o Territórios em Rede atuou, essas dificuldades se intensificaram.

Primeiramente, a pandemia acentuou as desigualdades já existentes, especialmente no aspecto econômico. Famílias com vários filhos em diferentes anos ou etapas escolares enfrentaram enormes desafios no ensino remoto, muitas vezes contando apenas com um celular para todos e com acesso limitado ou inexistente à internet. Essa situação limitou drasticamente as condições mínimas necessárias para uma Educação adequada, resultando na interrupção significativa na rotina educacional, mesmo com a distribuição de *kits* escolares.

Como consequência direta, no período pós-pandemia, muitas crianças encontraram extremas dificuldades na alfabetização. Aquelas que já enfrentavam desafios educacionais viram essas dificuldades se intensificarem, resultando numa defasagem ainda maior entre idade e série escolar. Observam-se muitos casos crianças de 10 ou 11 anos enfrentando barreiras adicionais na alfabetização, por estarem em classes com colegas mais novos.

A interrupção da escolaridade durante o ensino remoto, agravada pela falta de infraestrutura adequada para estudar em casa, levou muitos adolescentes, durante a pandemia, a buscarem trabalho nas ruas para ajudar no sustento da família. Nesse contexto, alguns adolescentes foram forçados a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes em condições de exploração ou em empregos informais. Isso não apenas exacerbou a distorção idade-série, mas criou uma resistência ao retorno à escola, dada a necessidade de continuarem contribuindo na renda familiar. Há relatos de casos de adolescentes, inseridos no mercado de trabalho informal, como por exemplo na extração do cacau, que não se sentem estimulados a retornar à escola, em função da disparidade entre sua idade e a série em que se encontram.

Esse envolvimento precoce no mercado de trabalho vem resultando no afastamento dos processos educacionais, agravando os desafios já existentes e criando novas barreiras para a continuidade da Educação formal.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2024.

Mobilização Social e Comunicação Comunitária

Durante a implementação do projeto, intensificou-se a Busca Ativa escolar por crianças e/ou adolescentes que se enquadravam no perfil determinado. O objetivo, entretanto, não era apenas encontrar esse público específico, mas também sensibilizar as comunidades e as diversas regiões de Canaã dos Carajás sobre a essencialidade do Direito à Educação. Para alcançar

- A comunicação procurou
- sensibilizar a sociedade sobre
- os compromissos e objetivos
- do Territórios em Rede, além
- de promover ampla divulgação para incentivar a procura
- espontânea dos interessados pelo projeto.

tais objetivos, diversas estratégias de comunicação e mobilização social foram empregadas.

As estratégias adotadas foram variadas, incluindo ações de mobilização comunitária, como o uso de carros de som com mensagens-chave, atingindo até a população analfabeta. Paralelamente, cartazes, faixas e panfletos foram, estrategicamente, distribuídos em locais de grande movimento, como escolas, associações de moradores, postos de Saúde e praças.



📌 Veja aqui o carro de som passando pelas ruas de Canaã dos Carajás

Em boa hora

Recém-chegada em Canaã dos Carajás, uma adolescente de 15 anos entrou em contato com a equipe do projeto depois que viu um cartaz de divulgação no comércio local da cidade. Após atendimento e intervenção do projeto no caso, a menina está matriculada no 1º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Irmã Laura de Martins Carvalho. Ela e o padrasto gravaram um vídeo para agradecer.



↑ Vídeo de depoimento de família atendida pelo projeto

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo o site institucional. Materiais de divulgação como áudios, *gifs* e *flyers* circularam pelo *WhatsApp*. Na fase de consolidação das ações do Territórios em Rede em Canaã dos Carajás, as estratégias de comunicação se concentraram na ampliação de sua visibilidade pelos meios de comunicação comunitários e na mídia local, fortalecendo esta agenda em âmbito municipal.

Ações de Comunicação e Mobilização Comunitária

- Articuladores divididos em diferentes áreas da cidade de Canaã Carajás para promover o projeto;
- Distribuição de folhetos e fixação de faixas, *banners* e cartazes com informações de contato em locais estratégicos: escolas, pontos de ônibus, postos de Saúde, associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários;
- Utilização de carros de som para difundir mensagens sobre o projeto nas ruas, centros de atendimento, postos de Saúde e comércios;
- Divulgação do projeto por meio de listas de transmissão no *WhatsApp*, redes sociais, parcerias com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Veiculação de notícias na imprensa municipal.

A impressão dos materiais de divulgação contabilizou 14.579 peças, entre *flyers*, *folders*, cartazes e faixas de rua, e foram distribuídos ou afixados nos comércios, nas unidades de Saúde, CRAS e CREAS,¹¹ Conselho Tutelar, escolas e demais organizações da rede de proteção integral à criança e ao adolescente.

Estima-se que o alcance obtido pelas peças de comunicação tenha sido de **7 milhões de visualizações** em todo o período de trabalho em campo.

A comunicação em números



1.554
cartazes e banners



13.000
flyers e *folders*



25
faixas de rua



84 horas
de carro de som

Territórios em Rede

Você conhece crianças ou adolescentes de Canaã dos Carajás que não estão estudando?

Envie uma mensagem que o projeto Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp: (94) 99287-2428

Siga nosso projeto nas redes sociais:

[@territoriosrede](https://www.instagram.com/territoriosrede)
[/territoriosrede](https://www.facebook.com/territoriosrede)
www.territoriosrede.org.br

Parceiros Institucionais: FUNDAÇÃO VILAS, APRENDIZ, WHEATON, CANAÃ DOS CARAJÁS

Territórios em Rede

Você conhece crianças ou adolescentes de Canaã dos Carajás que não estão estudando?

Envie uma mensagem pra gente!

WhatsApp: (94) 99287-2428

www.territoriosrede.org.br

Educação é um direito

Parceiros Institucionais: Fundação Vilas, Aprendiz, Wheaton, Canaã dos Carajás

O que fazemos

- Visita domiciliar para a realização de Banco Ativo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;
- Desenvolvimento de plano para inclusão escolar como secretaria de Assistência Social, Educação, esporte e lazer;
- Diagnóstico socioeconômico do município;
- Equipamento de rede de instituições e equipamentos públicos;
- Realização de eventos de comunicação comunitária;
- Atuação com as famílias e escolas.

Como você pode ajudar?

- Doar materiais escolares e de higiene, roupas, alimentos e outros itens necessários para a inclusão escolar;
- Doar materiais escolares e de higiene, roupas, alimentos e outros itens necessários para a inclusão escolar;
- Doar materiais escolares e de higiene, roupas, alimentos e outros itens necessários para a inclusão escolar;

A divulgação pelos carros de som totalizou 84 horas, com cerca de 4.350 km percorridos.

O projeto teve uma expressiva divulgação, com o objetivo de alcançar as famílias e proporcionar seu atendimento, além de avisos importantes relacionados aos serviços públicos locais, disponíveis para a população.



Boletins

- Foram produzidos **36 boletins institucionais**



Google Trends

- **813 pesquisas** do termo Territórios em Rede



Whatsapp

- Foram enviadas **146 mensagens** para as famílias cadastradas
- **603 contatos ativos** nas listas de transmissão



Instagram

- **357** publicações
- **5.529** stories
- **9,3 mil** visitas ao perfil
- **1.300** curtidas na página
- **20.748** pessoas alcançadas



Facebook

- **351** publicações
- **5.529** stories
- **1,8 mil** visitas ao perfil
- **217** curtidas na página
- **32.018** pessoas alcançadas



Site

Dados do Google Analytics:

- **6.851** usuários
- **6.761** novos usuários
- Tempo médio de **1 min 21 seg**
- **63.344** eventos



Youtube

O canal do Youtube teve:

- **7.614** visualizações
- **88.325** impressões

Comunicação em Ação



Foto: banco de imagens do projeto, 2023.

A equipe de trabalho em Canaã dos Carajás em um mutirão no período de matrículas na Escola Estadual Irmã Laura. Os articuladores ajudaram a organizar filas, distribuir senhas, fazer cópias de documentos e tirar dúvidas dos responsáveis. Após o período de matrícula, a equipe deu apoio àqueles que não conseguiram se matricular. O diretor da escola começou a participar do Comitê Intersetorial.

Uma grata surpresa

A equipe de Canaã dos Carajás foi surpreendida durante uma ação de panfletagem por uma família que está sendo atendida pelo projeto com um lindo agradecimento.



↑ Vídeo com o depoimento família atendida pelo projeto em Canaã dos Carajás

Em ação de volta às aulas, utilizando o carro de som, a equipe de Canaã dos Carajás aproveitou os materiais de divulgação para dialogar com a comunidade sobre a importância da Educação e do combate à exclusão escolar. Durante o percurso pelos bairros Vale do Canaã, Residencial Canaã, Novo Brasil I e II e Cidade Nova, as articuladoras buscaram incentivar a participação e o engajamento das famílias e estudantes no processo educacional e foram fornecidas orientações valiosas sobre o retorno do período letivo.



Foto: banco de imagens do projeto, 2023.

Estabelecimento de Parcerias e Participação em Grupos de Trabalho

Ao chegar no território, cada articulador era orientado a se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre a equipe e a rede mapeada. Foi por meio dessa articulação que o projeto conseguiu reforçar e combater o fenômeno da criança e/ou adolescente fora da escola, e estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse a sociedade e o Poder Público.

Por sua vez, a equipe local buscava articular instituições parceiras, entre associações de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não governamentais, órgãos públicos, sociedade civil em geral, entre outros, compreendendo a colaboração como estruturante, para garantir a Educação como um Direito.

Com base nessa estratégia, importantes avanços foram obtidos:

- Reconhecimento dos agentes locais pelos articuladores;

- Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
- Articulação com diversas instituições e lideranças locais, para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões nas redes de serviços e eventos locais.

Exemplos de parcerias estabelecidas

Em Canaã dos Carajás, a equipe local participou da etapa de preparação da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente junto com a Secretaria Municipal de Educação. Alunos de várias escolas elaboraram propostas para o evento, que foi realizado em novembro.



Foto: banco de imagens do projeto, 2023.



Foto: banco de imagens do projeto, 2023.

Reunião do Comitê Gestor Intersectorial em Canaã dos Carajás, com representantes das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social e Conselho Tutelar e de Educação.



Foto: banco de imagens do projeto, 2023.

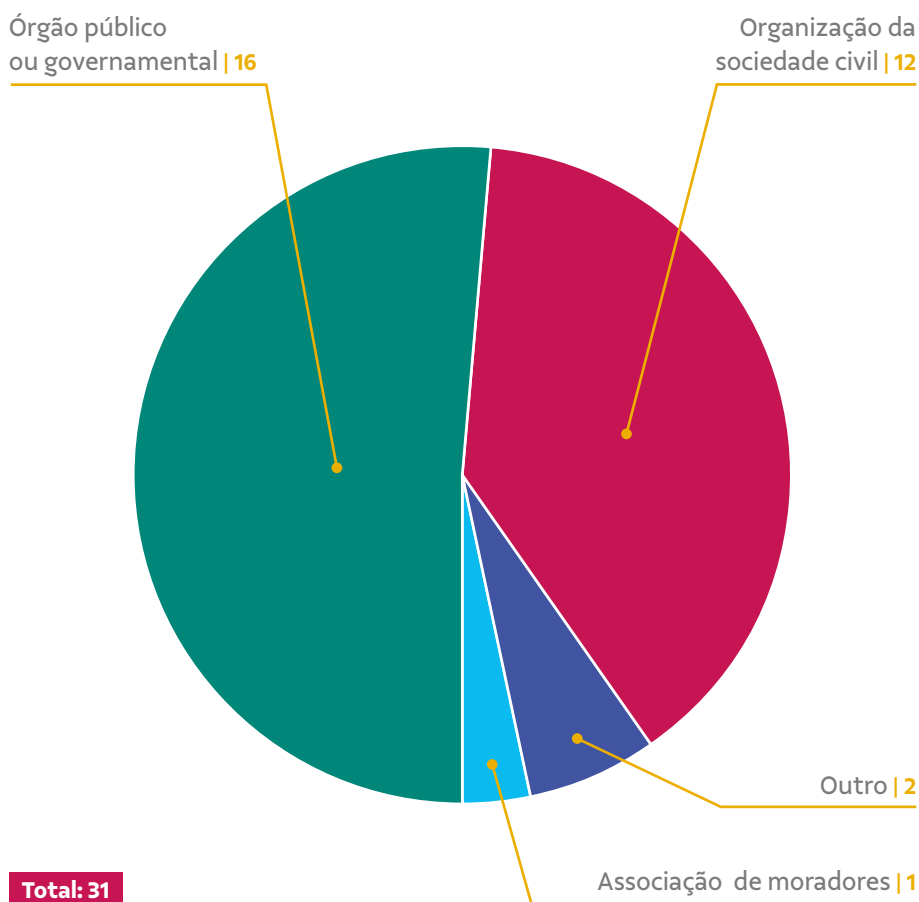
A equipe de Canaã dos Carajás em reunião com o novo Secretário Municipal de Educação, representantes da Fundação Vale e do projeto Trilhos da Alfabetização.

Visita as Instituições

Ao longo do processo de implementação do projeto, a colaboração da Fundação Vale foi efetiva, facilitando a interação com autoridades locais e fornecendo apoio essencial para a administração do Territórios em Rede. Considerando-se a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas, em Canaã dos Carajás, parcerias com entidades institucionais necessárias para a implementação da proposta. Nos primeiros três meses do ano, as equipes do Polo Pará promoveram visitas a entidades civis e órgãos governamentais dos municípios, visando divulgar a proposta e formar articulações e fluxos para identificar crianças e/ou adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

- Ao todo, 31 instituições foram mapeadas para colaborar com o Territórios em Rede, por meio de indicação e/ou acolhimento de casos.
- Entre as 27 escolas públicas de Educação Básica existentes em Canaã dos Carajás, 25 foram apoiadas pelo Territórios em Rede, ou seja, 93% do total.

Instituições locais mapeadas para a colaboração com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos – Canaã dos Carajás



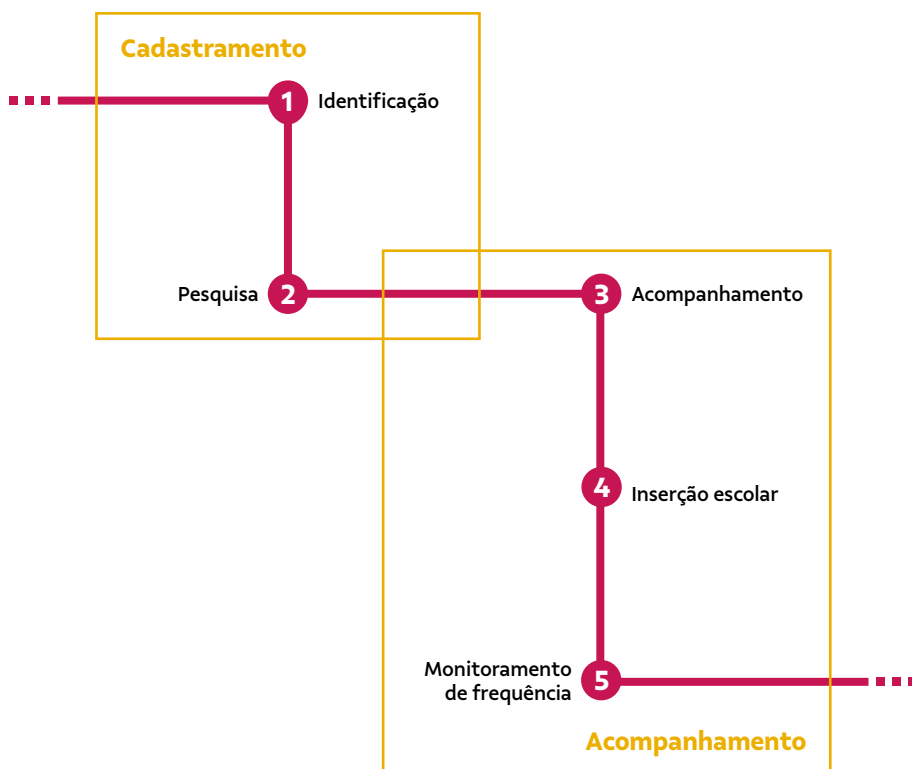
Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Monitoramento e Avaliação

A equipe responsável pelo Monitoramento e Avaliação tinha a tarefa contínua de organizar, produzir e consolidar informações que servissem ao acompanhamento, monitoramento e avaliação do Territórios em Rede e da inserção de crianças e/ou adolescentes na rede escolar, bem como dos estudantes reinseridos na escola.

A figura a seguir ilustra este fluxo de informações sobre os atendimentos realizados:

Instrumentos para registro dos atendimentos



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

As informações eram originadas de três bases de dados, criadas pelo sistema do Territórios em Rede:

- 1.** Perfil e demandas de crianças e/ou adolescentes assistidos pelo projeto;
- 2.** Instituições e parceiros identificados;
- 3.** Ações realizadas para assegurar o acesso e a permanência de crianças e/ou adolescentes nas escolas.

A plataforma digital do Territórios em Rede, acessível tanto pelos articuladores quanto pelos gestores de campo, oferecia diversas funcionalidades:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;
- Extração de dados gerais, resultados por área e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais, que vão além da matrícula nas escolas;
- Mapeamento geográfico de endereço de crianças e/ou adolescentes, e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado de crianças e/ou adolescentes, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e estrutura familiar.



“Um momento muito especial é participar desse diálogo com crianças e adolescentes e, principalmente, com a equipe do projeto que trabalha tanto para que eles tenham seu direito fundamental garantido, o Direito à Educação. Hoje, crianças e adolescentes têm voz reverberada e têm vez, e que nós possamos garantir esses direitos e ouvi-los em nosso município.”

Conselheira Tutelar e representante no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na cidade de Canaã dos Carajás

Monitoramento da Frequência Escolar

Outro trabalho realizado foi a tentativa de pactuação de um fluxo de monitoramento da frequência escolar, por meio de informações obtidas diretamente nas escolas e de forma sistemática, para todos os estudantes acompanhados pela equipe.

O fluxo definido em Canaã dos Carajás foi que, bimestralmente, a equipe enviaria uma planilha para cada escola, que indicaria a situação da frequência do estudante. Os prazos alinhados no fechamento dos conselhos de classe foram pactuados com a Secretaria Municipal de Educação e com um conjunto de unidades escolares estaduais. Uma vez que a planilha fosse enviada, as escolas teriam até duas semanas para seu preenchimento.

A seguir, apresentamos o status da pactuação do fluxo com cada rede escolar:

Município	Rede	Status da pactuação do fluxo	Periodicidade	Responsável pelo preenchimento
Canaã dos Carajás	Municipal	Estabelecido	Bimestral	Escolas
Canaã dos Carajás	Estadual	Estabelecido	Bimestral	Escolas

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Acompanhamento dos casos

Semanalmente, a gestora local e a articuladora se reuniam para discutir impressões, casos e dificuldades, com o objetivo de viabilizar o ingresso na escola de crianças e adolescentes identificados, compartilhando coletivamente estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados.

A equipe monitorava as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas, além de manter uma agenda de reuniões



Fonte: banco de imagens do projeto set/23.

frequentes com instituições parceiras, para fortalecer a rede de apoio à permanência dos estudantes em sala de aula.

Outro ponto fundamental do monitoramento era a devolutiva que a equipe oferecia às escolas e à rede de proteção social, apoiando a análise sobre os motivos da infrequência, da evasão ou do não acesso de cada estudante. Essas devolutivas, muitas vezes, mudavam a avaliação dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, apoiando-os a considerar melhor a realidade das famílias, quer dizer, o que antes aparecia como suposta negligência, passou a ser compreendido como situações, de fato, muito desafiadoras.

Ações complementares

Durante a execução do trabalho de campo, constatou-se a existência de muitas famílias em situação de grande vulnerabilidade socioeconômica. Seja pelo agravamento da pobreza no período pandêmico ou pela fragilidade de algumas políticas públicas, notou-se que a insegurança alimentar, a falta de roupas, calçados e kits escolares eram condições presentes em grande parte de crianças e adolescentes atendidos, e que esse cenário de privação contribuiu, sensivelmente, para o agravamento das condições de acesso e permanência na escola.

Além das demandas materiais apresentadas, a equipe de campo verificou, ainda, a ausência ou a baixa resposta de políticas públicas com capacidade para superar os desafios de maneira adequada.

Diante desse cenário, o Territórios em Rede começou a operar, em julho de 2022, o **Apoio Eventual Emergencial**, uma estratégia complementar que tinha como objetivo viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência das famílias. Tais necessidades, quando identificadas pela equipe durante uma visita domiciliar, não encontravam resposta, em curto prazo, no município, por meio das políticas, equipamentos ou serviços da Assistência Social, Saúde, Educação ou, até mesmo, nas organizações locais da sociedade civil.

 **No total, 245 crianças e/ou adolescentes foram contemplados com o Apoio Eventual Emergencial viabilizado pelo Territórios em Rede em Canaã dos Carajás.**

Com vistas à elaboração de um plano de transição para as famílias, os casos identificados foram direcionados aos serviços públicos. Isso era feito para atender às demandas específicas de cada família, encaminhando-as às áreas apropriadas dentro do Comitê Gestor Intersetorial. As estratégias incluíam:

- Priorizar a (re)inserção de crianças e adolescentes na escola, um local de desenvolvimento integral e proteção social, como ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar;
- Realizar encaminhamentos à Assistência Social, para participação em programas relevantes e para a criação/atualização do Cadastro Único, o que inclui programas como o PAA, Bolsa Família, PAIF, PAEFI, PETI, BPC, Criança Feliz,¹² entre outros;

¹² PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; Bolsa Família – Programa Bolsa Família; PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado à Família e Indivíduos; PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; BPC – Benefício de Prestação Continuada; Criança Feliz – Programa Criança Feliz.

Apoio Eventual Emergencial

Inicialmente desenvolvido nos municípios de Marabá (PA) e Serra (ES), onde as equipes do Territórios em Rede começaram a identificar famílias em situação de pobreza extrema ao serem localizadas para a (re)inserção escolar de crianças e adolescentes, o Apoio Eventual Emergencial surge para viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência, considerando-se necessidades básicas como alimentação, higiene, vestuário, documentação e materiais escolares.

Tipos de itens oferecidos em caráter emergencial:

Itens avulsos:

- Compra de medicamentos que não sejam de uso contínuo;
- Compra de itens de higiene;
- Material básico escolar que não seja fornecido pelo município (por exemplo, mochila);
- Pagamento de refeições;
- Transporte para acesso a serviços essenciais pontuais;
- Aquisição de roupas e calçados;
- Recurso para pagamento de taxas para emissão de documentos.

Itens temporários:

- Cestas básicas;
- Botijão de gás;
- Medicamentos de uso contínuo;
- Transporte para acesso a serviços regulares (fisioterapia, fonoaudiologia, reforço escolar, entre outros);
- Contas de consumo (água, luz e aluguel).

- Promover a articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PPA, que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar e a doação a famílias de baixa renda. Esse programa foi reativado em março de 2023 pelo Governo Federal e tornado Lei em 20 de julho (Lei nº 14.628/23). O projeto está em processo de identificação de representantes municipais para discutir o tema em cada Comitê Gestor Intersetorial (CGI).



↑ **Para lembrar:** há um acervo de material e vídeos/documentários publicados no canal no YouTube do Projeto

- Estabelecer conexões com os comitês do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios, assegurando sua presença no Comitê Gestor Intersetorial.



Foto: João Vítor – Norte Sul Studio, 2022.

Perfil de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Canaã dos Carajás

Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Canaã dos Carajás.

Observações Gerais

- Canaã dos Carajás possui um grupo populacional equilibrado quanto ao aspecto de gênero.
- Grande parte das famílias depende de programas de benefícios do Governo e tem renda baixa.
- Quase metade das crianças e/ou adolescentes mora sem, ao menos, um dos pais. Em geral, sendo a mãe a figura presente.
- A questão da Saúde das crianças e/ou adolescentes merece bastante atenção.
- O trabalho infantil e a gravidez na adolescência são questões preocupantes, embora em baixa proporção.

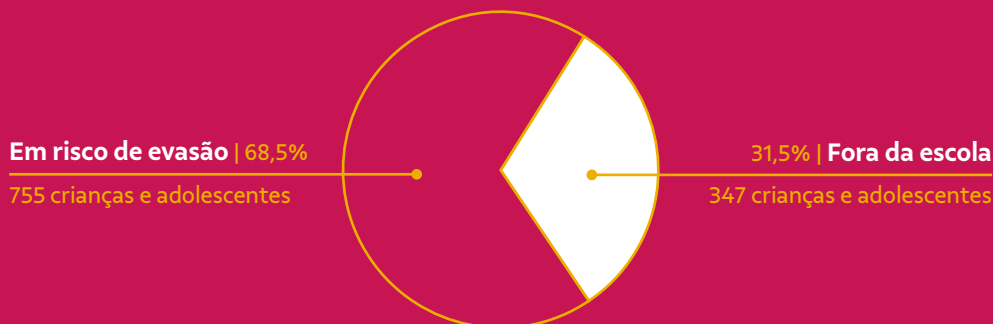
Situação da exclusão escolar em Canaã dos Carajás

(quando cadastrados no Territórios em Rede)

Total de **1.102 crianças e adolescentes**

Crianças fora da escola ou em risco de evasão escolar

(Situação no ato do cadastramento)



Outras informações



4,5%

estavam envolvidas em trabalho infantil quando cadastrados
= 50 crianças e adolescentes



1,2%

trabalhavam formalmente quando cadastrados
= 4 adolescentes



1%

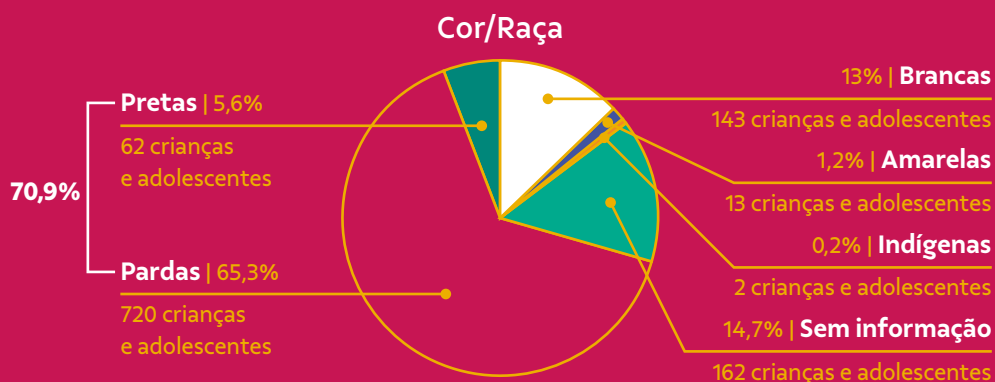
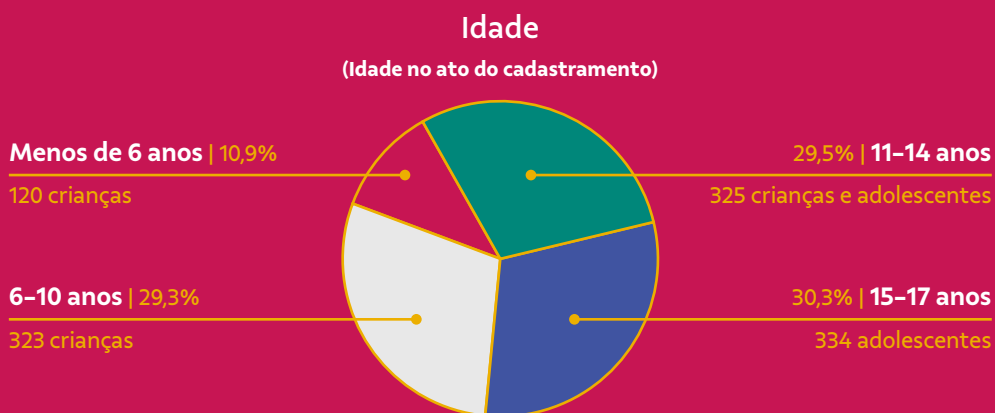
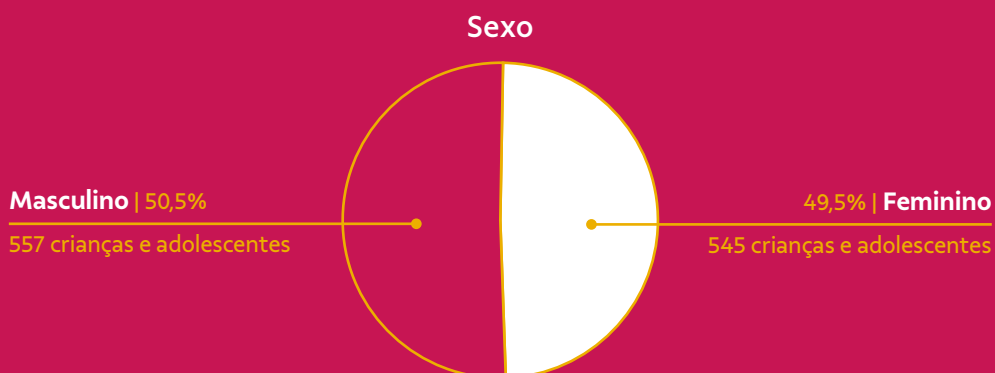
cumpriam medidas socioeducativas quando cadastrados
= 6 adolescentes



0,8%

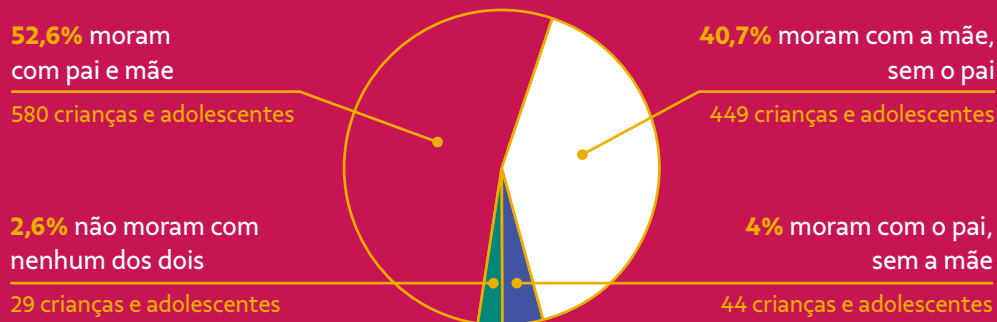
não tinham Certidão de Nascimento
= 9 crianças e adolescentes

Perfil das crianças e adolescentes cadastrados pelo Territórios em Rede em Canaã dos Carajás

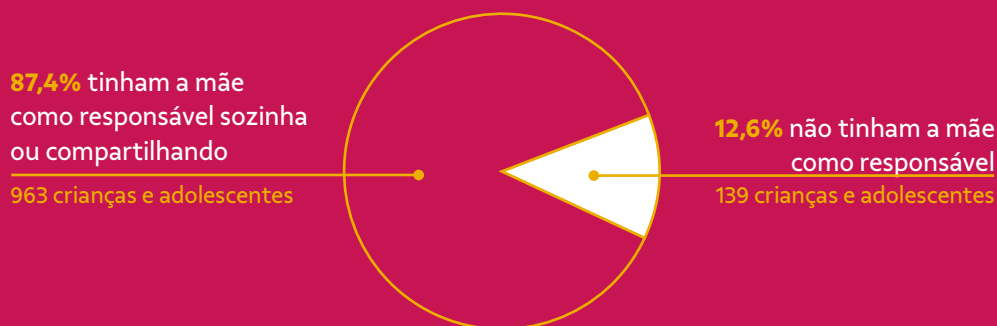


Configuração familiar

Com quem as crianças e adolescentes residem

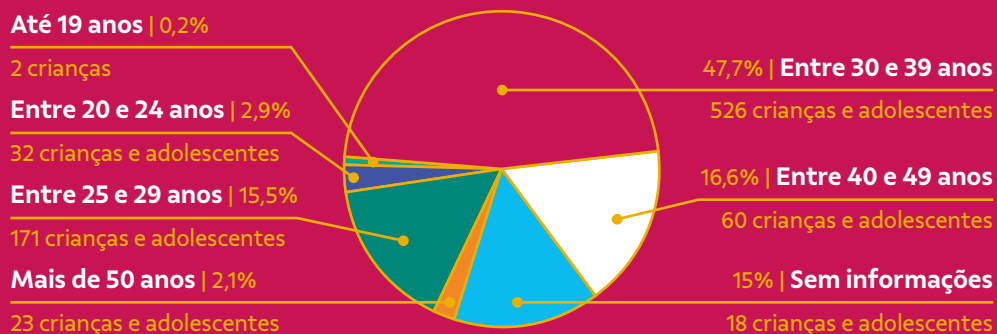


Responsável pelas crianças e adolescentes



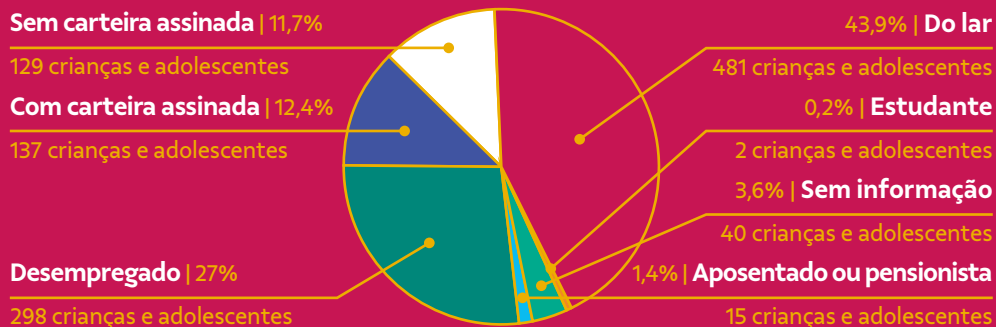
Idade da mãe

(quando da identificação pelo Territórios em Rede)

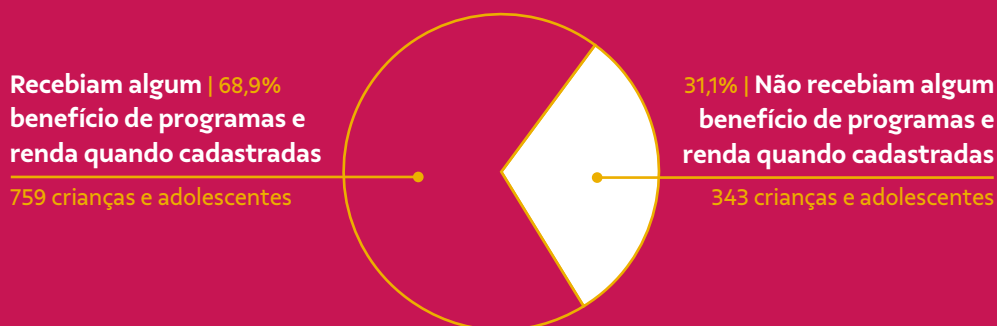


Trabalho e renda

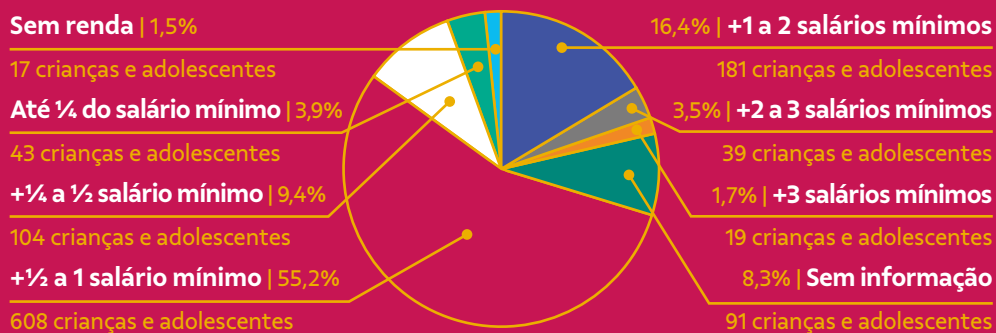
Ocupação dos responsáveis



Beneficiários de programas de renda



Renda familiar



Saúde



3,5%

tinham problemas
de Saúde
= 39 crianças e
adolescentes



1,9%

possuem alguma
deficiência, o que pode
representar barreiras
adicionais para sua inclusão
e acesso à Educação
= 21 crianças e adolescentes



0,9%

estavam grávidas
= 6 meninas entre
11 e 17 anos

Destaques

Desigualdade Racial

- 70,9% de crianças e/ou adolescentes em situação de exclusão escolar são negras (somando as categorias preta e parda), refletindo desigualdades raciais profundas na comunidade. Esta proporção sugere que crianças e/ou adolescentes negros enfrentam barreiras específicas no acesso à Educação, possivelmente ligadas a questões econômicas, discriminação racial e falta de representatividade.

Desigualdade de Gênero

- Uma grande proporção de crianças e/ou adolescentes (40,7%) mora com a mãe, sem o pai no domicílio, indicando que essas mulheres assumem a maioria das responsabilidades na criação dos filhos, frequentemente sem apoio de um parceiro, por motivos diversos, como separação ou viuvez.
- Em 87,4% dos casos, a mãe é a responsável, enfrentando desafios econômicos e emocionais, especialmente em contextos monoparentais, com a difícil tarefa de equilibrar sobrevivência, geração de renda e cuidados com os filhos.

Urgência das questões raciais

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE (2018),¹³ embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% deste grupo. A situação torna-se ainda mais agravante quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para termos uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para superá-lo. No âmbito educacional, tal disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa.

Apenas com uma abordagem comprometida com uma Educação das Relações Étnico-Raciais e o enfrentamento do racismo podemos construir uma sociedade mais equitativa.

Esta análise reforça a urgência de políticas públicas para combater as desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do Direito à Educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista, que contemple da esfera pedagógica à gestão escolar.

O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado Democrático de Direito, em especial, nas políticas direcionadas à população negra.

¹³ Fonte: IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.



Foto: banco de imagens do projeto - Agosto/2024

Desigualdades Sociais e Econômicas

- Há nas famílias uma taxa significativa de pessoas “do lar” e desempregadas (70,9% das crianças e adolescentes têm responsável numa ou noutra situação), o que indica uma baixa participação no mercado de trabalho formal e, consequentemente, maior vulnerabilidade econômica.

Os dados fornecem uma visão detalhada da situação de exclusão escolar e das condições de vida de crianças e adolescentes no município, ressaltando áreas críticas que necessitam de atenção e intervenção.

O perfil da exclusão escolar em Canaã dos Carajás reflete as desigualdades mais amplas observadas no Brasil, relacionadas à raça, gênero e classe. As desigualdades interseccionais criam barreiras adicionais que precisam ser consideradas para garantir o acesso equitativo à Educação. A sobrecarga enfrentada pelas mulheres, especialmente em contextos de baixa renda e minorias raciais, destaca a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades de gênero, raciais e socioeconômicas de maneira integrada.

Política Nacional de Cuidados

Em outubro de 2023, o Brasil publicou o Marco Conceitual para a formulação da **Política Nacional de Cuidados** e do **Plano Nacional de Cuidados**. Produzido por um Grupo de Trabalho Interministerial – coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social, e das Mulheres – e mais de 20 pastas envolvidas, além de IBGE, Ipea e Fiocruz, o documento¹⁴ pretende conceituar o tema, reconhecendo a distribuição desigual do cuidado na sociedade brasileira. Compreendido como um direito, o cuidado pode ser ofertado e demandado por toda e qualquer pessoa ao longo da vida, mas em especial crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Entretanto, devido às desigualdades estruturais de gênero, recai sobre as mulheres, principalmente negras, este tipo de trabalho. Avanços na estruturação de serviços e políticas de Estado que reflitam a economia de cuidados, ou seja, que reconheçam e valorizem aquilo que é necessário para a manutenção da vida no seu cotidiano, podem representar mudanças importantes na análise das condições necessárias para o acesso e a permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

¹⁴ Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados: disponível em <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>.



Foto: João Vitor – Norte Sul Studio, 2022.

Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar de crianças, adolescentes e suas famílias, eram obtidas informações sobre os motivos da não matrícula, da evasão, do abandono dos estudos ou, ainda, da infrequência na escola.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias localizadas pelo projeto, a equipe de sistematização do Territórios em Rede categorizou os dados em dois grupos: a) fatores internos à rede pública de ensino; e b) fatores externos à rede pública de ensino, congregando outras questões, além da responsabilidade da escola, que impedem a garantia do Direito à Educação.

Motivos da exclusão escolar¹⁵

Resumo

- Para 72,6%, o principal motivo da exclusão escolar alegado pela família estava relacionado à falta de renda, situação de pobreza e vulnerabilidade social ou questões familiares (800 crianças e adolescentes).
- Para 8,2%, o principal motivo da exclusão escolar alegado pela família estava relacionado a problemas de saúde da criança ou familiar (90 crianças e adolescentes).
- Para 1,9%, o principal motivo da exclusão escolar alegado pela família estava relacionado à ocorrência de violências físicas, territoriais ou discriminação (21 crianças e adolescentes).
- Para 16,2%, o principal motivo da exclusão escolar alegado pela família estava relacionado ao ambiente escolar, gestão educacional, falta de acesso à vaga ou desinteresse da criança pela escolarização (179 crianças e adolescentes).

¹⁵ Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Fatores Externos à Educação

- Família em situação de pobreza (falta de renda/recursos) | **62,3%**
- Mudança de endereço, viagem ou deslocamentos frequentes (dentro e fora do município) | **52,5%**
- Responsável ou familiar com problemas de saúde | **16,8%**

Fatores Internos à Educação

- Desinteresse da criança e/ou adolescente pelos estudos/escolarização | **14,6%**
- Falta de vaga em escola próxima | **9,4%**
- Falta de transporte escolar | **7,0%**

Os dados do Territórios em Rede em Canaã dos Carajás indicam o quanto a exclusão escolar é um fenômeno complexo, influenciado por uma combinação de fatores internos e externos, que evidenciam a interconexão entre Saúde, condições socioeconômicas e Educação.

As políticas públicas devem abordar tais aspectos de maneira integrada, garantindo que as escolas estejam equipadas para atender às necessidades de saúde e de aprendizagem de crianças e/ou adolescentes, além de oferecer suporte adequado a adolescentes grávidas e combater o trabalho infantil. A garantia de acesso à Educação de qualidade é fundamental para romper o ciclo de exclusão e a vulnerabilidade social.



“O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual.”

Marcelo Burgos, professor e pesquisador da PUC-Rio.¹⁶

16 BURGOS, M. et al. “Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”. *Revista Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio n. 15, jul/dez, 2014, pp. 71-105.

Casos Ilustrativos

Tão importantes quanto o levantamento e a sistematização de dados quantitativos, estão os relatos ou práticas de ações dos articuladores e gestores do projeto sobre suas ações, características das famílias, potencialidades e desafios do acompanhamento intersetorial.

Articulação com Conselho Tutelar

Caso 1

Carla, 14 anos, adolescente fora da escola, sem documento, porque a mãe abandonou os filhos e os deixou com o pai. Ela estava fora da escola, porque não tinha com quem deixar seu irmão de 3 anos. Ela é moradora da zona rural. E aí, quando chegou o caso para nós, fomos até onde eles moravam.

Pedimos o apoio do Conselho Tutelar e da Educação e, pelo fato de ela não ter com quem deixar a criança, o Conselho Tutelar pediu para o Juizado da cidade conceder um documento para que o menino pudesse ir para escola. O juiz ordenou a matrícula da criança na creche e a matrícula da Carla. Então, ela foi para a escola e a criança ficou em tempo integral na escola infantil.

O fato de a adolescente não ter registro de nascimento gerou outro problema, porque ela não nasceu no município. Então, nós também nos comunicamos com o CMDCA, que nos ajudou.

Articulação com a Assistência Social

Caso 2

Três crianças e uma adolescente de 16 anos de uma mesma família estavam infrequentes e nós fomos visitar a residência onde elas moravam. Uma delas era uma adolescente grávida. Assim, encaminhamos a família para o CRAS e ela começou a ser acompanhada.

A Secretaria de Habitação entrou no caso, também a pedido da Secretaria de Assistência Social, pois a mãe não tinha onde morar e todos moravam com o avô, as três crianças e a adolescente grávida. Hoje, elas ganharam uma casa para morar e a mãe iniciou um curso de manicure para voltar a trabalhar, por meio de uma articulação com a Secretaria da Mulher.

Ação de Busca Ativa escolar espontânea

Caso 3

Numa ação de rua, fazíamos um trabalho de porta em porta, e íamos perguntando: Você conhece alguma criança fora da escola? E quando alguém informou que conhecia uma família ali, que é uma mãe solo, com cinco crianças, oito filhos ao todo, a equipe se aproximou da casa, a mãe abriu a porta com alguma resistência, pois não queria ser visitada. Encontramos a família toda doente. A mãe estava com depressão, uma das filhas, com 15 anos, tinha ido morar com um rapaz, porque a mãe não tinha condição de pagar o aluguel, não tinha condição de alimentar as outras crianças. E esse rapaz abusou de todas as crianças. O homem foi denunciado e preso. A adolescente ficou grávida e teve a criança, mas antes disso ela voltou para a escola e os demais irmãos também. E todas as crianças tiveram tratamento psicológico.

Estes casos evidenciam múltiplas violações de direitos, incluindo questões de saúde mental e física, desafios relacionados à pobreza e à alimentação, e a falta de acesso a serviços essenciais. Esses fatores, combinados, criam barreiras significativas para a inclusão e a permanência escolar de crianças e adolescentes.

O papel do projeto na articulação da rede de proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes foi fundamental como mediador entre as famílias vulneráveis e os serviços necessários, facilitando o acesso à Educação, Saúde e Assistência Social. Esta intervenção demonstra a importância de uma abordagem intersetorial e coordenada para considerar as múltiplas facetas da exclusão escolar.

No entanto, é importante reconhecer que são ações pontuais em resposta a situações de crise. Elas destacam a urgente necessidade de políticas públicas estruturantes e sustentáveis, que abordem as raízes das desigualdades econômicas e sociais. Tais políticas deveriam focar na melhoria do acesso e na qualidade dos serviços públicos, além de abordar questões socioeconômicas mais amplas que impactam famílias vulneráveis. Somente por meio de uma abordagem integrada e de longo prazo será possível reduzir as desigualdades e garantir os direitos de crianças e adolescentes.

Intersetorialidade

Os casos narrados acima, de forma breve, revelam a importância da Busca Ativa escolar e da lógica intersetorial, orientando as ações da equipe do Territórios em Rede em Canaã dos Carajás.

Ao trabalhar em conjunto com diversos setores das políticas sociais e atores institucionais, o projeto visava abordar as múltiplas causas da exclusão escolar e fornecer soluções imediatas e/ou abrangentes que criassem condições para que crianças, adolescentes e suas famílias acessassem direitos, atuando como uma ponte entre as famílias e os serviços essenciais. A equipe realizou articulações junto a órgãos como o CRAS, CREAS, CT,¹⁷ escolas ou unidades de Saúde, incluindo visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e, até mesmo, fazendo o agendamento e o acompanhamento de consultas médicas.

Ao lançar luz sobre a questão da exclusão escolar no município, a rede municipal de ensino começou a se reorganizar, pós-pandemia, para produzir as informações necessárias à Busca Ativa escolar. Isso incentivou o monitoramento periódico da frequência dos estudantes, o mapeamento dos casos de abandono e a facilitação dos entraves de matrícula, dentre as quais aceitar a matrícula em qualquer momento do ano letivo e articular documentações pendentes com a rede de proteção, sem impedir do restabelecimento do vínculo escolar.

¹⁷ Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência Especializada de Assistência Social e Conselho Tutelar.



Foto: João Vitor - Norte Sul Studio, 2022.

Resultados e impactos

Com uma meta inicial de 400 identificações, o número alcançado em Canaã dos Carajás evidencia o desafio do combate à exclusão escolar enfrentado na região. Ao mesmo tempo, o projeto demonstrou sua capacidade de incidir diretamente no território: entre os 1.102 identificados, 931 voltaram para a escola ou permaneceram nela, uma taxa de sucesso de 233% em relação à meta primária.

- 347 crianças ou adolescentes estavam fora da escola e 339 foram matriculados (97,7%).
- 755 crianças ou adolescentes estavam em risco de evasão (infrequentes) e 592 foram reinseridos (78,4%).

Município	Identificados	Inseridos	Meta	Alcance da meta
Canaã dos Carajás	1.102	931	400	233%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Métodos de Identificação e Resultados

No Territórios em Rede de Canaã dos Carajás, a *Busca Ativa* foi a principal forma de localização de crianças e/ou adolescentes fora da escola, representando 38,1% dos cadastros. O processo de produção e validação das listas produzidas pela rede de ensino, que incluíam dados de unidades escolares ou da Secretaria de Educação sobre abandono e infrequência, representou 36,4% das localizações. O desdobramento das listas, ou seja, indicações de alguém já listado, compreendeu 0,5% dos cadastros.

Em seguida, em 19,2% das identificações foram fruto de demanda espontânea, quando o projeto foi procurado espontaneamente pela família e/ou por mobilização comunitária. As indicações diretas da rede articulada também desempenharam importante papel, com organizações da sociedade civil, instituições religiosas e comércios locais sendo responsáveis por 2,7% das indicações. Os equipamentos públicos da Assistência, como CRAS, CREAS e Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) contribuíram com 1,5%.

Estratégias de identificação	Crianças e adolescentes identificados	%
Busca Ativa: abordagem ativa.	420	38,1%
Listas oficiais da Educação: de unidade escolar ou de secretarias de educação (abandono, infrequente, distorção idade-série).	401	36,4%
Desdobramento de listas oficiais da Educação: (indicação de alguém da lista).	5	0,5%
Demanda espontânea: projeto procurado pela família ou respondente.	212	19,2%
Indicação: de organização da sociedade civil, instituição religiosa, comércio local.	30	2,7%
Indicação: de equipamento público da assistência como CRAS, CREAS, SEAS.	17	1,5%
Indicação: Conselho Tutelar.	9	0,8%
Indicação: de equipamento público de Saúde como UBS, UPA, CAPS e Agente Comunitário de Saúde.	7	0,6%
Outra	1	0,1%
Total geral	1.102	100%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Além disso, o projeto desempenhou um papel fundamental ao articular as demandas do território com a gestão pública. A atuação da equipe no território buscou promover a integração da rede de proteção e do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes.

Ao apresentar para a Secretaria de Educação, sistematicamente, os motivos da exclusão escolar identificados, por unidade de ensino, por bairro, por etapa e o perfil socioeconômico de crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de projetos políticos pedagógicos orientados ao acolhimento de estudantes vulnerabilizados socialmente, para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar. Trata-se, contudo, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública intersetorial que pudesse dar a estas ações um caráter perene e efetivo.

Para alcançar os resultados, foram realizadas **10.251 ações de acompanhamento** a crianças/adolescentes e das famílias, com a finalidade de verificar a situação escolar, fornecer orientações ou encaminhá-las para instituições públicas ou da sociedade civil. Esses atendimentos ocorreram por meio de **5.631 visitas domiciliares e 6.169 contatos remotos**. Dos **208 encaminhamentos** feitos pela equipe visando à reinserção escolar e/ou inclusão de estudantes:

- **52** foram para a Assistência Social;
- **101** para a Educação;
- **28** para a Saúde;
- **8** para o Conselho Tutelar; e
- **19** para outras instituições da sociedade civil.

Incidência Política

O Territórios em Rede procura apoiar a consolidação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e combate à exclusão escolar, formalmente reconhecidas pelo município. Além disso, visa capacitar os agentes públicos envolvidos, para a efetiva implementação das políticas.

Há uma série de ações realizadas pelas equipes do projeto, em diferentes etapas e conforme a disponibilidade dos municípios em prosseguir com as orientações fornecidas, de modo que a experiência da incidência política em cada município é única e progressiva.

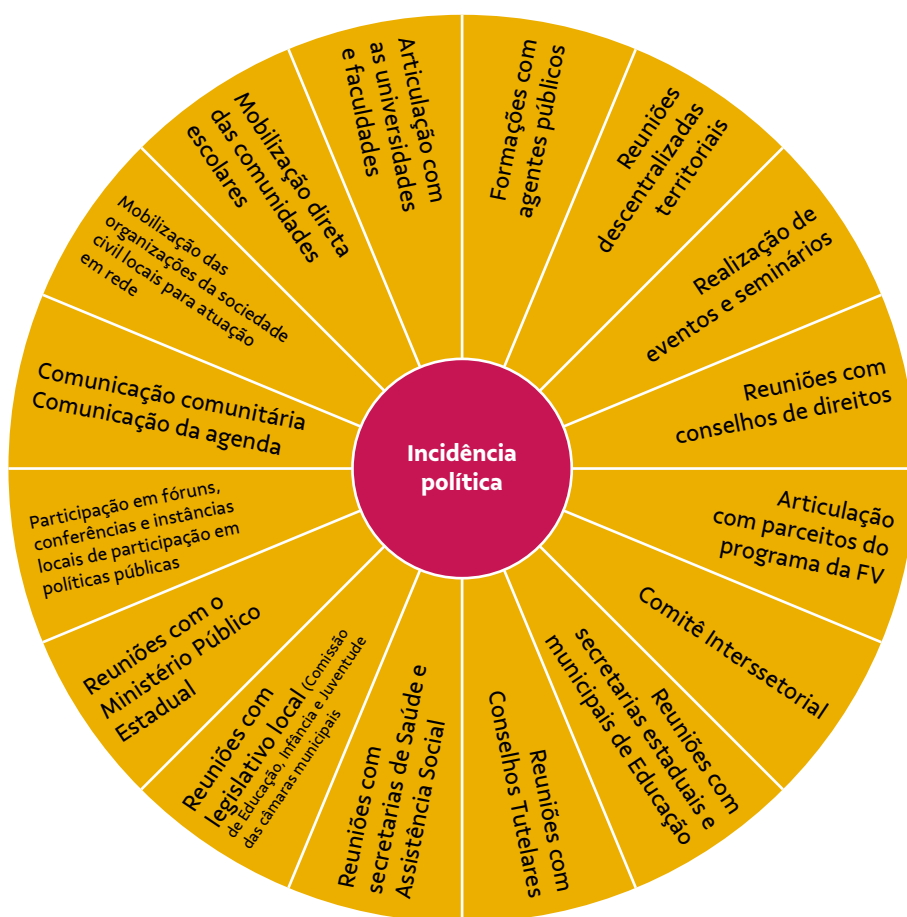
A implementação da metodologia do projeto, por meio de suas ações diretas no território para a inserção escolar de crianças e/ou adolescentes, inicia um percurso de incidência prática, a partir do estabelecimento de rotinas, fluxos, produção de informações e ações intersetoriais e de mobilização, orientadas ao atendimento dos casos identificados.

Paralelamente, se estabelecem espaços específicos de gestão das práticas instauradas, como o Comitê Intersetorial, mas também outros fóruns são criados ou fortalecidos em nível local, reunindo equipamentos públicos e sociedade civil em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. O projeto atua, neste sentido, incentivando que estes espaços permaneçam ativos, inclusive por meio de sua institucionalização.

Além disso, ações formativas são estabelecidas com a finalidade de capacitar agentes públicos na atuação da Busca Ativa escolar e demais estratégias necessárias à implementação de uma **política pública permanente** voltada para esta agenda. É necessário destacar que as ações realizadas são construídas de forma dialógica com os representantes municipais, com especial adesão das pastas de Educação, Assistência Social e Saúde, dentre outras.

Ações de incidência para a política pública

As ações necessárias para o aprimoramento das políticas públicas com foco no enfrentamento da exclusão escolar podem ser muitas, porém em cada município é importante compreender quais os caminhos possíveis e quais as demandas que se apresentam com mais força. A Mandala a seguir reúne um conjunto de ações possíveis nessa direção, organizando um potencial de atuação com base na metodologia desenvolvida pelo Territórios em Rede.



Em Canaã dos Carajás, o trabalho de incidência política começou desde o início do projeto, estabelecendo uma rotina de articulação e acompanhamento com as Secretarias afetas à temática. Inicialmente, foram realizadas reuniões

setoriais para definir fluxos de identificação de crianças e/ou adolescentes em situação de exclusão escolar, com base nas práticas já adotadas em seus respectivos programas. A partir das potencialidades identificadas, iniciou-se uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando promover uma ação intersetorial coesa.

Assim, o **Comitê Gestor Intersetorial (CGI)** estabeleceu uma dinâmica de reuniões interdisciplinares mensais, com o objetivo de compreender o fenômeno da exclusão escolar no município, envolvendo a análise de casos reais atendidos, as características da população identificada nesta situação e os desafios enfrentados pela rede de proteção.

Durante todo o percurso do Territórios em Rede no município, o Comitê Gestor Intersetorial realizou 22 reuniões, para definir as estratégias de combate à exclusão escolar.

No município, as seguintes Secretarias e instâncias públicas participaram do fórum de debates:

- Secretaria Municipal de Educação – SEMEC (diretora de Ensino, coordenadora da frequência escolar do Bolsa Família e técnicos verificadores / BAE)
- Secretaria Municipal de Saúde – SMS (coordenadora da Atenção Básica e coordenador do Programa Saúde na Escola – PSE)
- Secretaria Municipal de Assistência Social (coordenador do CadÚnico e assistente social do CRAS)
- Conselho Tutelar (conselheira)
- Casa Acolhedora/CREAS (coordenadora)

Nesta perspectiva, teve destaque, ainda, a parceria com a estratégia Busca Ativa Escolar, uma iniciativa do Unicef e da Undime¹⁸ para municiar as gestões municipais com ferramentas e metodologias de enfrentamento da exclusão

¹⁸ Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Busca Ativa Escolar (Unicef/Undime)

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo Unicef, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, etc., – fortalecendo, desta forma, a rede de proteção. Cada Secretaria e profissional tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou um adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua matrícula e a permanência do estudante na unidade escolar.

Todo o processo é acompanhado por ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados sobre cada caso registrado, e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e/ou do adolescente no município ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, *tablets*, celulares (SMS) ou celulares (*smartphones*). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

Fonte: Busca Ativa Escolar Página inicial. <https://buscaativaescolar.org.br/>

escolar, como um caminho para promover a estruturação de uma política pública, por meio de formações destinadas à utilização da plataforma *on-line* que o programa disponibiliza aos municípios, assim como da apropriação metodológica das ações de Busca Ativa Escolar e do trabalho intersetorial.

Desse modo, estabeleceu-se, com a Prefeitura de Canaã dos Carajás, um processo de trabalho que realizou, desde o incentivo à adesão do município à estratégia, até ações de assessoria para a aprendizagem sobre seu funcionamento e operação: orientação para a organização dos fluxos intersetoriais, formulação de plano de trabalho, capacitação de equipes (orientadores pedagógicos, agentes comunitários de Saúde, assistentes sociais, conselheiros tutelares, entre outros) e estímulo à autonomia para a condução do Comitê Gestor Intersetorial.

Como desafios do grupo e do próprio processo de trabalho, entende-se a dificuldade em estabelecer uma cultura (práxis) intersetorial, a resistência de alguns agentes públicos a uma nova agenda de trabalho, a dificuldade na definição de representantes fixos, ocasionando instabilidade e rotatividade de participantes, os conflitos internos à gestão pública sobre o escopo de atuação exigido de cada pasta e programa, a pouca capacidade resolutiva dos participantes e a preocupação com a sustentabilidade da iniciativa.

Como avanços, porém, podem ser ressaltados:

- Adesão à Busca Ativa Escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e acompanhamento para sua implementação;
- Realização de Comitês formativos ampliados com temáticas sobre o Sistema de Garantia de Direitos;
- Realização de estudos de casos, proporcionado atendimento integral, pela rede, às famílias em situação de vulnerabilidade;
- Criação dos Fóruns Intersetoriais descentralizados com os profissionais das escolas, unidades de Saúde e equipamentos da Assistência Social, sociedade civil e Conselho Tutelar, mediante reuniões mensais.

- Formações dos agentes públicos sobre a metodologia da Busca Ativa Escolar e intersetorialidade;
- Formalização do Comitê Gestor Intersetorial, por meio de Decreto Municipal, que institui a Busca Ativa Escolar como política de enfrentamento da exclusão escolar no município.

Além do trabalho intersetorial no nível da gestão municipal, grupos de trabalho foram criados, incluindo participantes da rede de proteção social nos equipamentos públicos localizados nos bairros, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as Unidades Básicas de Saúde, o Conselho Tutelar, além de representantes da sociedade civil. A experiência teve início com o trabalho de campo da equipe de articuladores locais, visando manter a articulação necessária para a continuidade dos atendimentos aos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais.



Formação dos Agentes Públicos em Comunicação no Comitê Gestor Intersetorial

Fonte: banco de imagem do projeto, 2022.



Você conhece alguma
criança ou adolescente
fora da escola?

☎ (94) 99287-2428

Você conhece alguma
criança ou adolescente
fora da escola?

☎ (94) 99287-2428

Você conhece alguma
criança ou adolescente
fora da escola?

☎ (94) 99287-2428

Considerações e aprendizagens



“Qualquer país que se digne a proteger e garantir direitos precisa de uma Educação que seja para todas as pessoas e que, no caso do Brasil, supere a histórica negligência ao Direito à Educação.”

Natasha Costa, Diretora da Cidade Escola Aprendiz¹⁹

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do Territórios em Rede e disseminar a metodologia e os achados do projeto, foram sistematizadas as considerações e recomendações, conforme a seguir:

Quanto ao fluxo e monitoramento das informações

- Criação de um sistema integrado das políticas sociais, com incentivo à utilização do CPF como código único de identificação;
- Alimentação permanente do sistema integrado com informações atualizadas sobre crianças, adolescentes, famílias e atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Definição de um fluxo permanente sobre estudantes infrequentes, com incentivo ao controle diário da frequência escolar;
- Melhoria do aproveitamento da ficha de matrícula dos estudantes, para ampliação do conhecimento sobre o perfil discente, como insumo para a gestão escolar e o projeto político pedagógico;

¹⁹ Disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola/>

- Não exigência de declaração escolar anterior no ato da matrícula, uma vez que o histórico da criança ou do adolescente permanece no sistema de gestão acadêmica (para os casos de estudante que já passou pela rede) e, muitas vezes, se tornava um impeditivo para a matrícula;
- Parceria com os órgãos públicos e o estabelecimento de um fluxo firmado entre as entidades, a fim de regulamentar a troca de informações, com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Quanto ao acesso à escola

- A mediação entre a demanda das famílias e a oferta de matrículas na rede municipal revelou que as vagas oferecidas nem sempre atendem às necessidades das famílias, seja pela distância ou pela necessidade de transporte, horário ou disponibilidade de vagas para irmãos na mesma escola, por questões específicas relacionadas aos estudantes com deficiência e à saúde ou, ainda, por problemas relacionados às fronteiras físicas e simbólicas que impedem o trânsito entre localidades próximas;
- O retorno do ensino presencial demonstrou a necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos para reverter os déficits de escolarização, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a estas demandas, o contínuo investimento em formação continuada e o acompanhamento dos profissionais da Educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar os desafios ligados à aprendizagem;
- A possibilidade de ampliação e qualificação de informações sobre a matrícula, com maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis e com a garantia de profissionais capacitados para o acompanhamento e a orientação adequados às famílias. É importante que as informações sejam compartilhadas com as equipes dos equipamentos públicos presentes nos territórios, para que toda a rede de proteção possa orientar devidamente os responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes;

- A implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao atendimento legal para casos de crianças e/ou adolescentes sem documentação (certidão de nascimento, comprovante de escolaridade, etc.);
- A ampliação da oferta do transporte escolar e do transporte público sem custos para estudantes e para os responsáveis que os acompanham no trajeto escolar;
- A definição de estratégias diante de situações que dificultam o acesso de crianças e adolescentes à escola, como unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco; a exclusão de “estudantes-problema” (comumente de natureza comportamental, indisciplina e/ou baixo aproveitamento nos estudos); em situação de medida socioeducativa; falta de vagas para irmãos na mesma escola, e outras, a fim de resolvê-las a contento.

Quanto ao trabalho das escolas

- Construção e/ou revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, incluindo formas de prevenção da exclusão de estudantes em situação de infrequência e a adoção de uma Educação inclusiva e equitativa;
- Adoção de uma perspectiva antirracista, de enfrentamento das desigualdades de gênero e em defesa de uma Educação laica em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;
- Criação de estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças e/ou adolescentes em risco de exclusão, no que diz respeito à promoção e à permanência na escola;
- Compromisso da escola com o abandono “zero”;
- Estímulo à organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil para permanência na escola, promoção de melhorias no ambiente escolar e nas relações interpessoais;

- Formação continuada dos profissionais da Educação e desenvolvimento de práticas de gestão e pedagógicas, que efetivem uma aprendizagem equitativa, considerando-se desigualdades raciais, de gênero, em relação a pessoas com deficiência e territoriais;
- Formação continuada para professores, preparando-os para atender às diversas necessidades dos estudantes e para o ensino em um ambiente pós-pandemia;
- Ampliação da oferta educativa, com diversificação de tempos, espaços e linguagens, incluindo artes, esportes e atividades extracurriculares, promovendo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Quanto ao trabalho da rede de proteção social junto às famílias e escolas

- Ampliação de programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, assegurando que as necessidades econômicas não levem os adolescentes ao trabalho precoce e desprotegido, permitindo que se concentrem exclusivamente em seu percurso escolar sem interrupção;
- Investimento em serviços de saúde mental e bem-estar nas escolas e unidades de Saúde, para apoiar o desenvolvimento emocional e psicológico dos estudantes, especialmente das adolescentes gestantes;
- Envolvimento comunitário e familiar com a participação ativa da comunidade e dos responsáveis na Educação, criando uma rede de apoio ao redor dos estudantes e fortalecendo a participação da comunidade escolar;
- Promoção de parcerias e mobilização das instituições locais (associações de moradores, igrejas, ONGs, comércios locais e equipamentos públicos, entre outros), para o engajamento das comunidades em torno do compromisso de superar a exclusão escola;
- Promoção de campanha permanente pela causa da garantia do Direito à Educação, com ampla mobilização nos territórios e na cidade, por meio de

diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, *folders*, panfletagem, carro de som, etc.) de forma planejada, para maior efetividade dos resultados.

Quanto à intersetorialidade e colaboração

- A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos, para enfrentar o problema da exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica, considerando-se os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre diferentes setores e serviços levou à utilização mais racional dos recursos, evitando duplicação de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, como metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diferentes programas;
- A articulação de redes de serviços para atendimento das demandas das famílias permitiu que os sujeitos e comunidades tivessem acesso a um conjunto mais amplo de oportunidades e direitos, sem a qual possivelmente teriam encontrado maiores dificuldades para acessar;
- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum amplia e fortalece o *advocacy* e a incidência em políticas, ampliando a defesa por recursos e o aprimoramento das condições de trabalho;
- A ativação de territórios e bairros da cidade em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar promove a colaboração e a integração das equipes dos serviços de Educação, Saúde, Assistência Social, sociedade civil, entre outros, fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento;
- A interação entre diferentes setores e profissionais permite a troca de conhecimentos e os incentiva a melhores práticas, aprimorando a reflexão sobre o atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada Secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma cultura de trabalho intersetorial no município.

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:







Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:

